

ATA 244 PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 18 dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quadragésima quarta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela conselheira Arlete, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Arlete Alves de Almeida - Mov. Graal, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes - Seapa, Soyla Rachel dos Santos Pereira - CMAS Paracatu, Ivone Pereira Castro Silva - Cogemas, Cristiano de Andrade - Sedese, Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das Apae's, Márcio Caldeira - Assprom, Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de M.G, Luanda do Carmo Queiroga - FETSUAS, João Victor de Almeida Chaves - Seplag, Wilson de Sales Lana - SEF, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG, Patrícia Carvalho Gomes - CMAS Nova Lima, César Augusto Calinçani Pereira, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Márcio José Ferreira - Associação dos Deficientes Físicos de Betim - ADEFIB, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros, Eleniudes Santos Silva - FENEIS, Marleide Marques Castro - CRP, Luciana Alves de Melo - SEE, Francielly Ferreira Caetano - Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de BH, Aloísio Soares de Lima Júnior - Cogemas, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados Joana Horta, Cláudia Maria Falabella, ARLETE - GRAAL: Nós vamos dar início aos nossos trabalhos, com ausência do Presidente e da Vice-presidente, então nós vamos conduzir os trabalhos, com o apoio indispensável da Consolação e de início a gente cumprimenta a todos e a nossa secretaria vai fazer a verificação do quórum para que a gente dê início os trabalhos. Bom dia. CONSOLAÇÃO: Nós temos onze conselheiros em condição de titularidade então temos quórum quase qualificado, inclusive. ARLETE; Bom dia Márcio. Então nós vamos passar para a ducentésima trigésima segunda ata da plenária ordinária. Gente alguém tem alguma observação para colocar em relação à ata, se não nós colocaremos para aprovação, se não aprovada a ata. Obrigada. Agora nós vamos justificar as ausências: ALOÍSIO Soares representante do COGEMAS justificativa em função de trabalho, MARIA DO CARMO representante do CMAS de LEOPOLDINA - saúde, CECILIA representante ASSOCIAL PONTO PORTAL - SAÚDE, NOELLE LANA - SEAPA- TRABALHO, RODRIGO - CREAS AGENDA PESSOAL E JANAÍNA SEDESE - TRABALHO. Nós pedimos agora também um minuto de silêncio pelo trabalhador, amigo e servidor do CEAS a mais de vinte anos, Márcio Jardim e do conselheiro Paulo de Brito Jamin representante SEPLAG presença marcante nas duas reuniões que esteve no Conselho e Vicente irmão da Paula técnica do CEAS. CRISTIANO - SEDESE: Bom a dia a todos, eu gostei de incluir também a mãe do Regis que foi superintendente de proteção social, faleceu hoje de manhã e o Regis é hoje diretor de proteção especial na Prefeitura de Belo Horizonte, na secretaria municipal de assistência e é um querido amigo nosso contribuiu muito na SEDESE durante esse tempo todo, esteve lá na secretaria municipal de Pedro Leopoldo, nossos sentimentos também, nossos melhores pensamentos. ARLETE: então agradecemos também a contribuição dessas pessoas deram para a construção dessa política do SUAS, e mesmo os parentes, no caso do irmão da Paula, porque quando a gente está nesse lugar de luta a nossa família também é nosso respaldo é o que nos dá o suporte para que a gente continue luta sempre. Obrigada a todos. E agora passamos a apreciação da pauta, eu tenho os informes, a Marleide, tem mais alguém que tem informe, João Crisostomo, Márcio, então Marleide. MARLEIDE-CRP; Gostaria de informar que no último dia treze eu

estive na reunião da URCMA – regional Timóteo e lá a gente falamos das orientações aos municípios sobre a conferência municipal, e tinha mais ou menos vinte municípios presentes, como a regional é muito grande a gente trabalha com a lógica de microrregionais, então essas reuniões de URCMAS E FÓRUNS elas são itinerantes a cada dois meses faz uma em um município e a última foi no município de Joanésia, e a nossa reunião além das orientações sobre a conferência municipal o grupo não tirou a nova diretoria da URCMA, e nesse dia também o grupo fez um manifesto de repúdio aos cortes do cofinanciamento tanto do estadual, como do federal, sobretudo do Piso Mineiro dos municípios de porte um e dois, e nesse dia lá a maior parte dos representantes que estavam era de municípios de porte um e porte dois, então eles fizeram esse manifesto, enviaram para o e-mail do CEAS e pediram para que eu falasse aqui, acho que eu não ler, tem que ler, pode ler o manifesto, tá. Vou abreviar. Manifesto público da URCMAS – regional Timóteo – MG sobre os repasses do cofinanciamento federal e estadual para a política de assistência social. Considerando a portaria numero trinta e seis de 25/04/2014 os procedimentos que serão adotados no SUAS decorrentes de monitoramento de execução financeira realizada pelo fundo nacional de assistência social das providências, daí vai considerando a portaria 103 de 2015 a portaria 967 de 22/03/2018 a numero 11 de 2018, numero 16 de 2018 enfim tem várias considerações aqui, documentos e normativas relativos a questão e aí eles colocam; nós representantes URCMAS-regional Timóteo realizamos a quarta reunião ordinária ampliada, no dia 13/06/2019 no município de Joanésia manifestamos publicamente a absoluta indignação de repúdio a memorização de política de assistência social nas propostas orçamentárias do governo federal de 2018 e 2019 cobramos a urgente ampliação de recursos visando a manutenção, extensão e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios soioassistenciais priorizando a proteção social básica e especial no programa CAPACITA SUAS conforme previsto na resolução do CNAS número sete de 2016. Estendemos esta manifestação pública, moção de repúdio, ao não pagamento integral das parcelas do Piso Mineiro de assistência social do primeiro quadrimestre de 2019 aos municípios mineiros e apresentação de proposta a CIB na reunião ordinária do dia 05/06/2019 que não se.....09;08..... de aportes necessários de recursos para pagamento integral do Piso Mineiro de assistência social conforme resolução da SEDESE número 489 de 29/12/2010 e a não inclusão das 23 parcelas em atraso dos recursos do Piso Mineiro de assistência social no acordo realizado pelo tribunal de justiça de Minas Gerais, através do seu centro judiciário de solução de conflitos isso deveria ser segundo grau sobre integração de um acordo entre o Estado de Minas Gerais e a AMM. Joanésia 13/06/2019. Então era isso o informe, manifesto da URCMAS. Obrigada gente. ARLETE; Juanita, João estava escrito logo em seguida é a Juanita. JOÃO-CMAS PIRAPORA; Bom dia a todos, queria só dar um informe que a gente esteve representando este conselho no encontro do CNAS realizado nos dias 27 e 28 em Vitória. Teria de apresentar um relato por acho que a gente é praxe eu não ia, não consegui trazer o relato, gente vou pedir desculpas, vou encaminhar isso depois, Consolação pode estar socializando com todos os conselheiros, o relato já esta colocado no site do CNAS e é muito grande dá mais de 300 páginas, para fazermos uma análise e depois fazer um relatório dessa participação. Então assim é coisa demais para a gente olhar e foi pouco espaço de tempo, e eu participo de outros conselhos que participo em Pirapora, além do CEDCA, então é muito complicado, mas eu vou encaminhar isso o mais breve possível, vai ser sucinto, da minha forma, e o que eu posso estar contribuindo é que eu entendi uma coisa, que esse encontro era mais para a gente avaliar o pacto de aprimoramento. E uma coisa que nós discutimos no grupo de trabalho a tarde, e que foi uma discursão muito assim, assim era quanto a participação de usuários por parte dos conselhos, é existe já por parte de alguns conselhos, existe uma prerrogativa de não deixar mais sindicatos e entidades para representa usuários. Tinha um usuário representando o estado que eu achei até interessante, chegou lá de chinelo de bermuda de bonezinho eu até achava que era um mendigo, e era realmente representante do movimento de moradores de rua, mas assim a capacidade que teve de fazer uma explanação em defesa do direito dele, eu fiquei impressionado eu falei meu Deus, está vendo a gente às vezes só valoriza quem chega de terno e gravata e menospreza aquele que é morador de rua, e dentro do grupo, ele falou claramente eu não concordo isso apontando mesmo para o CNAS, que a gente seja representada por entidades porque nós somos usuários do serviço e então nós é que temos que ter nossa representação e aí assim na discursão do

grupo foi colocado uma proposta e aprovada entre nós do grupo que a gente estava a gente tem que rever esse posicionamento dessa composição dos conselhos que diz respeito aos usuários, porque as vezes o usuário representado pelas entidades. Eu fui fazendo uma avaliação e aí cada um perguntava qual é o seu conselho, eu falei Minas, e aí perguntaram como é que é Minas, eu falei com toda honestidade por tudo que a gente viu na parte da manhã, Minas atingiu no Pacto mais de 95%, então assim é o primeiro estado que atingiu quase tudo que foi pactuado. Mas nessa questão do usuário aí eu fiquei com dúvida, é ruim quando a gente vai despreparado, eu senti que eu não peguei as informações para poder responder, eu falei gente com toda honestidade eu não sei dizer como está essa representação no conselho em Minas, só lembro que eu reeditei. Usuários nós temos o Irajá e o Isac citei os nomes não lembrei, só depois lembrei que nós temos outros conselheiros, mas que eles não tem assim como representantes, eu sou índio, eu sou usuário do serviço, não, é uma entidade que eles estão representando a mesma coisa dos quilombolas. Então é para a gente fazer uma avaliação, como que é o papel do usuário dentro do conselho, até porque como é que vamos trazer, outra questão é trazer esse público mesmo de usuário, até porque mesmo eu falo o usuário para mim é aquele que recebe o bolsa família e aquele que é atendido pela política de fato e aí a outra questão que nós falamos foi sobre a participação das entidades e do próprio pacto, porque assim como é que se pactua uma coisa em nível de estado e união, eu perguntei vem cá os conselhos municipais estão nessas pactuações, nessa discursões do CNAS, aí ninguém respondeu não porque a gente trata da questão diretamente CNAS com o conselho estadual. Aí eu falei vocês não podem definir pelo meu conselho, temos que ter um representante do conselho municipal discutindo esse Pacto de monitoramento. Perguntei Pirapora e pergunto geralmente pelo interior a fora aí você sabe o que é o Pacto de Aprimoramento que foi celebrado com o CNAS e os conselhos, não nem nunca ouvi falar, então assim a informação não está chegando a onde tem que chegar em todos os conselhos. Aí não é só nos, estaduais não gente, nos conselhos municipais. Aí eu pedi que pelo menos a gente tivesse informações nos conselhos municipais, além do site se tinha com estar fazendo uma mala direta encaminhando as informações desses pactos com os conselhos municipais, porque é lógico, lá estavam os representantes dos conselhos de Vitória, de Belo Horizonte de São Paulo dos conselhos municipais, mas é só isso o estado não se resume só ao conselho da capital. Então é para gente fazer uma avaliação assim, será todas informações estão chegando aos conselhos municipais, eu não sei. Mas também é lógico, eu tive que defender porque eu sou representante aqui de conselhos municipais dentro do conselho estadual. E para finalizar gente é a questão das entidades do aporte financeiro dos recursos, que às vezes a entidade não tem para se fazer presente nos espaços nas discursões dos conselhos estaduais, e a gente as vezes tem muita gente de governo que querendo ou não está representando nesses espaços a sociedade civil porque eu á fiz essa discursão aqui com o companheiro Felipe, que nada contra, se é trabalhador esta representando o usuário é um direito é, mas que tenha que ter cargo de confiança no governo, no dia fiz essa discursão com ele e ele não concordou comigo, é ruim falar disso porque ele não está aqui, porque eu percebi que em determinados momentos, a gente tem pessoas que é trabalhador, tem direto assento porque está nas resoluções do CNAS e do próprio conselho estadual, mas que a gente tem que avaliar se ele não tem um cargo de confiança, porque se não nós não temos equilíbrio, nas discursões dos conselhos. Eu defendo muito isso sabe, eu acho que nós temos que ter um conselho equilibrado. Não dá para ser trabalhador, eu acho trabalhador tem de se fazer presente, coisa que nos conselhos municipais não se fazem, mas que também tem de ter a isenção de não ter o cargo de confiança porque se não ele vem aqui é representante de trabalhador, ele tem de ser exemplo da gestão para ele ter uma posição definida porque se não às vezes ele defende o trabalhador, mas a hora de votar alguma coisa, contra o patrão que dá o cargo de confiança, ele vai se posicionar assim com certo receio, essa discursão foi feita com bastante ênfase lá no CNAS. É que a gente não é contra, mais que nós tenhamos aqui representantes de fato, porque é assim é sociedade civil, é sociedade civil é usuário, é usuário, é trabalhador é trabalhador, mas que a gente venha aqui para defender de fato a política, porque às vezes eu fico aqui pensando, gente eu não concordo quem alguém venha me representar. E aí eu também já falei isso aqui com o Isac e com Irajá, é eu acho que usuário é usuário e não deveria ser representada por entidade, a entidade que representam eles tem de ter espaço é no meio das

entidades e não lá no lugar que é do usuário viu. Era isso. MÁRCIO CALDEIRA – ASPROM; Bom dia todos conselheiros, conselheiras. Minha fala aqui referente a minha participação representando este conselho na reunião da URCMAS metropolitana que ocorreu no dia 28/05 onde foi tratado o tema controle social e benefícios eventuais. Agradeço aqui o convite para estar participando e relatar que foi uma reunião extremamente produtiva e agradecer também aqui o material que foi elaborado pela secretaria executiva referente ao controle social e os benefícios eventuais. Material extremamente rico, que eu aconselho todos conselheiros terem acesso, para que possam ter conhecimento dessa profundidade do material aqui distribuído e elaborado pela secretaria executiva que deu o norte extremamente rico, para a condução dos trabalhos na reunião da URCMAS. Então quero agradecer o conselho por essa indicação e até mesmo convidar os conselheiros em caso de novos convites que participem que colaborem que utilizem o material porque ele é muito importante para que a gente possa estar dando o apoio necessário as URCMAS ou a qualquer outro espaço que o CEAS seja convidado a falar sobre o controle social. Obrigado. JUANITA-FEDERAÇÃO DAS APAES; Na verdade é sobre a participação da Marleide representando esse conselho na reunião da URCMAS que trouxe para nós o manifesto né, daqueles municípios que estavam ali participando da reunião. O CEAS vai fazer o que com esse manifesto, porque nós estávamos lá, representadas por meio da Marleide participando da reunião da URCMAS e ela recebeu por meio dos participantes esta manifestação. Aí como nós estávamos lá fazendo a reunião da URCMAS o que esse conselho vai fazer em relação a isso? Nós vamos disponibilizar no nosso Site, nós vamos encaminhar para a SEDESE nós vamos dar retorno para que ela, para aqueles municípios que participaram da reunião? IVONE-COGEMAS; Bom dia a todos. Vou passar o informe do COGEMAS, nós tivemos no dia quatro e cinco o primeiro encontro mineiro do COGEMAS e foi um encontro recorde, né. 213 municípios participantes, 305 participantes. Uma boa retomada com esse encontro mineiro com gestores. Tivemos dois painéis muito importante nesse encontro, painel um foi o Pacto Federativo das SUAS os desafios federativos da atual conjuntura e o painel dois que foi a questão do financiamento, tivemos experiências de como lidar com o financiamento principalmente o secretário de Ibirité que veio passar suas experiências e foi um encontro muito rico, que de lá saiu um encaminhamento que foi um ofício que os gestores, cada gestor dos 213 municípios que tinham a proposta de encaminhar esses ofícios para os deputados federais, cobrando né, solicitando deles no congresso apoio na recomposição do orçamento do SUAS de 2019, porque ainda nós não temos o valor que dá para executar o serviço, por causa do corte no orçamento e também repasse regular e automático das parcelas junto a união dos municípios. Então foi tirado esse encaminhamento, o COGEMAS já fez a minuta do ofício, e já encaminhou para os 853 gestores para que façam essa mobilização junto aos estados, junto aos deputados federais para que a gente consiga mobilizar o máximo está atividade. Também foi como pauta é lógico as conferências, o encontro foi também para mobilizar os municípios sobre as conferências em Minas Gerais para que realmente a gente tenha uma conferência de sucesso a estadual. O COGEMAS também tem um encontro do Sudeste que é Minas, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, que vai acontecer 15 e 16 de julho agora, então nós temos o site lá que é cogemas.mg.gov.br que pode ser feita a inscrição e saber de todas as informações. Nós estamos também muitos mineiros para participar, porque o momento é essencial a questão da PEC 95, o impacto das reformas em relação ao SUAS, que vai cominar depois com o encontro nacional que será dias 8 e 9 de agosto em Belém do Pará. Nós temos as reuniões descentralizadas do COGEMAS à próxima vai ser dia 24 de julho que vai ser na regional de Teófilo Otoni. Muito importante que estão acontecendo nessas regionais descentralizadas, teve em Diamantina que foi muito boa, agora a gente ver se os municípios ali mais próximos irão participar. Uma coisa muito importante também que o primeiro encontro mineiro trouxe para nós foi a menção de 20 representantes das regionais só falta duas regionais para a gente completar uma referência do COGEMAS em cada regional que são as regionais de Uberlândia e Ituiutaba, mas já temos 20 eleitos, tomaram posse no dia do primeiro encontro nacional então nós já temos um caminho muito bem andado. Nos estamos também com a comissão de monitoramento do Piso Mineiro, ela reunião dia três de junho com a secretaria Elizabeth Jucá e com a subsecretaria Janaína. O ponto foi à questão de dois milhões que foi para o pagamento do Piso Mineiro fixo né que realmente está sendo para nós um grande dificultador, principalmente os municípios de porte um que estão profundamente penalizados,

que vão continuar penalizados com os repasses. Então o que estamos propondo, saiu da reunião que nos precisamos fazer uma articulação junto a AMM, nós tiramos três propostas da comissão de monitoramento do Piso Mineiro; que é articular uma agenda com a AMM para que a gente consiga que os prefeitos se envolvam nessa discursão para que o passivo que são vinte e três parcelas do Piso Mineiro possa ser assumido por esse governo, porque a secretaria deixou muito claro não pertence a ela, pertence ao governo esse passivo, então o COGEMAS vai fazer essa agenda com a AMM para junto com os prefeitos tentar mobilizar o governador a questão desse passivo e também o repasse da parcela cheia porque com dois milhões não tem como executar serviço, então essa é a discursão. Um segundo ponto, vai também solicitar uma agenda com os governados, secretaria da fazenda e do planejamento, vamos convidar também a Assembleia Legislativa, um membro para estar participando com a gente possivelmente deve ser o André Quintão que está na frente da comissão de articulação lá. E o terceiro ponto o COGEMAS vai ajuizar uma ação civil junto ao Ministério Público referente à dívida do estado junto aos municípios com a assistência social, então foram esse três encaminhamentos que o COGEMAS está tirando do passivo e das parcelas cheias do Piso Mineiro. Eu fui representando o COGEMAS na frente mineira em defesa do SUAS, também que é uma frente que está muito acirrada com relação em ajudar os conselhos na organização das conferências municipais, para que o estado de Minas realmente tenha, que consiga fazer as conferências municipais e empenhada na conferência livre nacional, então foi a pauta lá de ontem também. Obrigada. E ficou agendada uma reunião dessa frente no dia nove às quatorze horas e convida a todos que puderem participara para ajudar. A pauta dessa reunião são as conferências municipais. HELDER – CMAS PEDRO LEOPOLDO; Eu só queria entender uma fala que não compreendi a questão do passivo, a secretaria informou que não é responsabilidade dela? Foi isso que entendi, sabe por que eu fico muito preocupado com falas desse nível porque enquanto ordenador de despesas, a pessoa que assume um cargo, ela assume responsabilidades inerentes ao cargo. Então eu gostaria que isso fosse esclarecido, porque essa questão dos passivos é uma coisa muito delicada a gente sabe das responsabilidades dela enquanto secretaria existe questão de ônus e bônus quando assume determinados cargos, e a gente gostaria de levar uma resposta mais concreta com relação a isso. Obrigada. IVONE; só esclarecer no sentido da secretaria, ela disse que tomou posse no governo dia primeiro de janeiro então que estava assumindo de primeiro de janeiro para cá que o passivo o governo está assumindo, o governo é a pasta inteira do governo, então o que ela está dizendo que está preocupada com o primeiro de janeiro que está negociando com o COGEMAS está articulando as parcelas de primeiro de janeiro para cá. Que o passivo até dezembro de 2018 está a cargo do governo, do governador do secretário do planejamento. JOANA; então só esclarecendo, eu estava nessa reunião, então na verdade a secretaria não falou que ela não tem responsabilidade sobre esse passivo não de forma nenhuma não, ela falou que não estava sobre a alçada dela conseguir esse recurso agora, que esse recurso é uma negociação com a secretaria da fazenda, que é uma negociação que ela possa efetuar os pagamentos, é conversação com a secretaria da fazenda, com o governo para ver como que vão resolver. Inclusive a sugestão de fazer uma conversa com a AMM foi dela, ela sugeriu procurem a AMM, a gente também quer resolver o passivo, tanto quanto vocês, isso é um objetivo comum. ARLETE – GRAAL; Então com relação à fala da Marleide PALMAS então sejam muito bem-vindos a esse conselho e cintão se a vontade, eu passo a fala para o nosso companheiro Irajá e logo daremos continuidade aos nossos pronunciamentos referente aos informes. IRAJÁ; Bom dia a todos os ouvintes e a nossa presidente e demais conselheiros e nossos parentes Pataxó entrou em contato comigo acho que foi em Fevereiro e com aqueles problemas que já havia mencionado na plenária anterior, na comissão de apoio e de política, acho que foi a de normas. Comentamos os problemas que estavam passando no município por falta do apoio da entidade responsável, inclusive foi feito um encaminhamento na comissão para que a gente possa estar fazendo a visita de um conselheiro e um técnico, para que eles vejam passar a situação, quando eles entraram em contato comigo, falei que as plenárias do conselho eram abertas para eles, para que eles pudessem estar passando para todos o que realmente está acontecendo com eles na comunidade. Então eu peço aos conselheiros se pode abrir exceção para que possam passar o recado e eu gostaria muito que os conselheiros apoiassem essa ação. ARLETE; obrigada Irajá e de novo estejam todos bem-vindos, e nós

estamos passando a palavra que vocês coloquem suas angústias, suas novidades e a gente esta aberto a ouvi-los e contribuir naquilo que for responsabilidade do conselho. **PATAXÓ** Bom dia para todos né nós viemos da nossa aldeia da nossa reserva, uma reserva forte **30:50 Pataxó.....** nós considera forte porque ainda estamos com nossa área verde. Mas nosso rio foi afetado, foi morto por que nosso companheiro humano, humano não porque ele não considerado humano por humano assume os erros que ele fez. Mas nós estamos ali com vinte e sete famílias, com 162 pessoas, crianças nos estamos com 40 é uma situação que eu estão colocando maquiagem na nossa comunidade em redes sociais, passando maquiagem nas mídias e emissoras sobre a nossa aldeia, falando em nosso nome assim, sem nos comunicar, sem até mesmo pedir nossa autorização. Então nós estamos com a nossa reserva afetada ali em situação como a Vale postando matéria falando que nós estamos bem assistidos pela saúde, sendo bem assistido na nossa aldeia de moradia então eu peço a vocês que vai lá ver a nossa realidade ver as nossas necessidades que estamos passando lá dentro. Descaso que está havendo sobre o município. Nós chega até o prefeito, ele simplesmente não pode dar um amparo porque tudo eles falam sobre verba que a verba não pode assistir a nossa comunidade indígena. Aí tem fica aquele empurra, empurra nós estamos entre Bicas e Brumadinho então um prefeito fica empurrando para o outro. Aí nós viemos aqui buscar força e também pedir apoio de vocês para ir lá para ver a nossa realidade e ver no que podem ajudar a gente lá. Eu passo afala para minha esposa Angorro que é uma liderança também e possa fala em nome da nossa comunidade **38:15** Bom dia homens e mulheres eu sou Angorro esposa do Cacique Raio da aldeia Naochorrã que está ali as margens do rio Paraopeba entre São Joaquim de Bicas e Brumadinho. A real situação hoje de nossa comunidade com seis meses de rompimento da Vale é que a Vale não quer assumir o crime que ela cometeu na comunidade, na realidade ela não quer nem reconhecer a comunidade como atingida. Hoje nós estamos ali com as crianças sem escola, já vai fazer cinco meses, porque o município alega que não tem verba para nos assistir nem na saúde nem na educação. A Vale fez um acordo emergencial junto ao Ministério Público Federal com o Cacique, liderança e nesse acordo ficou abordado ali que nossa equipe técnica para nos assistir na saúde educação, eles iam construir banheiros sanitários emergencial, e tem cinco meses que a gente fez esse acordo, e ficou acordado nesse acordo que adulto iria receber um salário, adolescente $\frac{1}{4}$ e criança $\frac{1}{3}$, só o que acontece a Vale pagou para alguns famílias, mas pagou assim a prestação, depositava mil hoje, mil amanhã, trezentos, no caso eu e o cacique não recebemos, tem algumas famílias que não receberão, está tudo bagunçado ela dava uma cesta básica, ela suspendeu. A FUNAI, também não quero tirar aqui a responsabilidade da FUNAI tiveram lá negociando com a gente a contratação desses funcionários, e nosso emergencial não chegou até hoje. A DUNAI foi lá quatro vezes só, nesse ocorrido e nós estamos lá desamparados, temos hoje cinco grávidas três renascidos e quarenta crianças as grávidas eu tenho feito parto de algumas outras eu trago para o Sofia, que a maternidade Sofia está lá de prova, duas mulheres com ferimentos graves no útero com sangramento, a gente leva na UPA de Brumadinho eles não podem atender, joga para Bicas, chega lá a resposta é que o município diz que atende cinco mil presos e não tem verba para abraçar a comunidade e assim está aquele jogo de empurra. A comunidade por ser um território reconhecida, não está dentro do contexto é o que eles dizem. Então está um empurrando para o outro e nós estamos dez metros da margem do rio, um rio morto, contaminado a gente está tendo sérios problemas de diarreia, febre, vomito as crianças todas gripadas, pneumonia a situação lá está bem séria, a gente não tem mais como irrigar as plantações que a gente tinha que era o meio de sustento, o artesanato a gente fabrica o dia todo, mas não vai turista mais, porque a mídia está soltando que a aérea está toda contaminada né, então a comunidade está pedindo socorro, porque a lei 6001 é bem especifica, na realidade eles querem rasgar a constituição federal que nos regi, mas ela ainda não foi rasgada, então ela tem de ser cumprida, nela está claro que quanto município ela tem que nos reparar quando tem uma comunidade naquele território e isso aí nós não estamos sendo assistido. O conselho tutelar lá na nossa cola, porque eles querem que a gente coloque as crianças na escola, mas como nós vamos por se o prefeito não quer ceder uma vã. Até Bicas nós temos doze quilômetros, então a gente precisa muito desse apoio de vocês aqui, a gente clama nesta manhã para esse conselho, a gente pede para vocês visitarem a comunidade. E fora as matérias que a Vale anda soltando que tem

feito lá, não tem nada disso lá, a gente esta vivendo pela ajuda dos voluntários. Então assim eu como liderança como esposa do cacique, também como mulher venho nessa, reclamar aqui como mulher porque direito ao SUS é direito de todos independentes de cultura. PALMAS. IRAJÁ; quando a nossa parente fala do SUS, ela diz que a saúde da comunidade não está sendo assistida que é um setor que cuida saúde indígena né, as vezes os senhores e muitos não tem o conhecimento, para que a gente explique né a situação e a FUNAI que é um órgão de apoio realmente também tem deixado o nosso povo a mercê da situação de lá. Quando eu via a situação que próprio parente Sandro que é um estudante de Antropologia passou para mim, eu fiquei preocupado entrei em contato com ele com a situação e assim não de agora né Consolação, conselheiros todos sabem que eu venho sempre falando articulando a situação dos povos indígenas do estado de Minas Gerais. Quando a gente vê uma situação dessa a gente sensibiliza, eu estou aqui por vocês pelos usuários, então parentes, sejam bem vindos acho que aqui vocês estão no lugar certo, casa certa, para que vocês possam estar expressando a situação de vocês. Nós já falamos da situação de vocês após a barragem, e com certeza daqui para frente vai ter outro direcionamento outra emergência e urgência para ser tratado esse assunto de vocês. ESPOSA DO CACIQUE; inclusive a gente veio aqui nessa manhã, porque a gente acredita na capacidade desse conselho para que a gente consiga levar essa denúncia porque o que os municípios de Bicas e Brumadinho estão fazendo com a nossa comunidade, então é daqui que a gente tem esperança dessa força, porque como aquela tragédia nos atingiu ali tanto o Córrego do Feijão tanto a nossa comunidade, como o Rio São Francisco a gente tem que dar a mão um ao outro e não soltar, porque essas mineradoras vem fazendo com o nosso povo tanto em Minas Gerais na Amazônia, o que eles vem fazendo com o nosso planeta é desumano. E se a gente não der mão como seres humanos, com culturas diferentes, mas a gente precisa ter um olhar mais acordado para saúde desses afetados e também com situação da água de Minas Gerais, porque se não vocês vão se tornar daqui a pouco um sertão. Então a gente precisa de dar as mãos. IRAJÁ; O assunto parente, eu acho que não só a mineradora tem de ser responsável por isso acho que a gente tem o governo a SEDESE tem que ter sua responsabilidade, o governo de Minas Gerais, eu acho que não deixar só sobre a responsabilidade da mineradora. TURIMATÃ; bem bom dia a todos sou Pataxó da Bahia da aldeia mais antiga do povo Pataxó onde saiu eu o Irajá outros Pataxó e eu estou muito feliz de estar aqui nesse espaço, trazendo nossos parentes, contando um pouquinho da nossa realidade. Pela segunda vez eu estive na aldeia deles, na aldeia nossa na verdade porque é bom dizer para vocês assim que fazer assim um levantamento histórico, assim porque que nós estamos aqui né. Eu me esqueci de me apresentar sou Tutimatã sou professor há doze anos na minha aldeia estou fazendo antropologia para lutar pelo nosso povo, estou no movimento indígena há algum tempo como liderança jovem e quando eu estive na aldeia do parente eu pude perceber a situação mais de perto porque muitas vezes as pessoas começam a falar da nossa situação do povo de longe e historicamente o nosso povo desde 1951 quando aconteceu um grande massacre no nosso território, vocês podem procurar nas redes sociais como fogo de 51, que houve na aldeia mais antiga Barra Velha o nosso povo foi obrigado né a se despassar foi obrigado ir para outros lugares a procurar outra forma de viver em outros espaços. O espaço que era nosso era grandioso, ficamos confinados em pequenas reservas nos obrigando assim a forma outras aldeias. Bem espaços todo de dificuldade de sobrevivência temos saído né em busca de melhorias de condição de vida para nossos filhos, nossos netos e nossos bisnetos. E assim se fez essa comunidade que está aqui presente vindo aqui em Belo Horizonte, em busca de uma vida melhor para seus filhos e começar a vender artesanato aqui na Praça Sete, como parentes que tenho aqui, tios parentes que vedem artesanato os parentes também nessa mesma luta nessa mesma jornada. De lá para cá eles conseguiram através da pessoa essa guerreira que está aqui ao meu lado Angorra consegui esse espaço muito antes dessa barragem rompe né, juntamente com outro guerreiro lá ele estava conseguindo, porque assim eles passavam muito preconceito na cidade a condição de vida aqui era muito difícil inclusive acabou falecendo um dos parentes dela aqui morto pela policia até hoje esse caso é investigado não tem resposta nenhuma então assim a partir daquele momento eles conseguiram achar um espaço para tentar sobreviver e foi quando em seguida após um ano houve essa tragédia esse desastre não sei nem decifrar muito bem a palavra para isso né, porque para mim o nosso povo a gente tem o nosso Deus que é Tupã

estamos também na origem do nosso povo o Thopai que é o Deus da água né, então foi tirado esse Deus nosso que está lá naquele espaço, esse rio está sangrando né, assim como os parentes que estão lá também estão sangrando pela dor que está sentido pela perda desse. SHOPAI que é o nosso Deus maior. Vendo a condição desses parentes eu pude perceber, olhando pelos dois lados, e fico me perguntando por que essa Vale está atuando ainda no estado de Minas Gerais porque com tanto desastre que ela vem cometendo, me vejo, tem algum poder maior aí que faça ela emergir, continuar nos enganando né eu fico preocupado não só pelo meu povo, mas pelo estado de Minas Gerais porque eu vejo aí uma força de poder que está submetendo a nós uma minoria de verdade, num sei, que está nos engolindo, de forma que nós não percebemos, de forma lenta na verdade nos matando de forma lenta. A Vale lá na região multiplicou depois do desastre, multiplicou assim o trabalho dela e as condições necessárias para os parentes está sendo esquecida, como deixou claro aqui a parente. E nessa situação eu fiquei muito preocupado, as crianças vindo estudar aqui em BH, acabei de encontrar uma professora voluntária que está indo fazer o trabalho na aldeia, as crianças vindo de lá cerca de uma hora. Tiveram de alugar casa aqui em BH nas condições que eles estão para trazer as crianças aqui para estudar. Eu estive lá durante dois dias não vi assistência nenhuma para a saúde. Inclusive dormi lá, a situação que vi lá que me fez trazer os parentes até aqui, para a gente estar documentando que alguma medida possa sair daqui. A gente teve inclusive eu puxei nas redes sociais o Dr. Edmundo mandou para mim também, no dia 05/04 os parentes tiveram uma reunião no Ministério Público Federal de MG e de lá para cá algumas coisas aconteceu e outras não como deixou bem claro aqui a Angorra. Eu vou ler para vocês para dizer que esse trabalho já vem de um longo tempo e as medidas não foram tomadas assim da forma correta os acordos não foram cumpridos etnia Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe escolheram a assessoria técnica independente e contaram com medidas na área da saúde, aí nós temos aqui, em reunião realizada dia 05/04 no Ministério Público Federal em Minas Gerais da qual participaram representantes da etnia Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe atingidos pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho, foi realizado um termo de ajuste de preliminar extra judicial definiu as medidas a serem implementadas em caráter de emergência pela Vale. Pelo acordo ficou definido o pagamento mensal emergencial pela mineradora a todos os indígenas da aldeia Nauchorrã conforme os seguintes parâmetros. Um salário mínimo por pessoa, meio salário mínimo por adolescentes um quarto de salário mínimo por criança, valor correspondente de uma cesta básica para núcleo familiar, valor correspondente de entrega das cestas básicas correspondente a R\$110,00 por núcleo familiar. O acordo que prevê expressamente a centralidade da pessoa atingida como eixo norteador de todas as medidas a serem adotadas para reparação integral dos danos beneficia 153 indígenas e seus 46 núcleos familiares. Bem eu só estou aqui frisando algumas coisas, aqui tem também um acordo que eles fizeram com a CESAI, inclusive aqui no domingo eu acho que vai, não sei se foi bem no domingo, mas passou agora recentemente, não sei se na última matéria do Fantástico o descaso da saúde indígena, teve uma corrupção, não sei se alguns aqui assistiram, mas é nessa situação que a gente se encontra. Então faço um apelo também para que o estado Minas Gerais possa intervir nessa questão da saúde junto aos parentes de Brumadinho. Porque eu acho que quando uma instituição, é ela não tem condições necessárias de subsidiar algo para o povo a gente tem de procurar outras soluções e nesse caso é por isso que nós estamos aqui nessa casa pedindo, clamando o apoio para vocês, que se sensibilizem nessa causa porque os parentes estão lá muitas vezes resistindo a esse grande desastre é que eu vejo que a Vale não deveria atuar mais nesse estado e fico me perguntando por que né, por que, por que. Para finalizar eu gostaria de, de dizer que a Vale ela está cercando nossos parentes lá né. O território deles como ela multiplicou a quantidade de trabalho rapidinho eles fizeram uma ponte lá, depois da tragédia eles fizeram imensa, assim sabe, para multiplicar esse trabalho deles e dia e noite, triplicou assim a quantidade de caçamba na região para retirada de minério né. Estou falando isso só para a gente perceber o grau que esses parentes estão passando lá né, que nós estamos passando, porque quando um é afetado todos nós somos afetados. Então assim, eu trago para vocês, os animais estão correndo também dessa área, passando desesperados lá, então assim, uma área que assim ele está cercando ali, acho que o INHOTIM está ali como um lugar que esconde né, não sei dizer bem assim, escondo o que a Vale está fazendo. O INHOTIM também está sendo cercado pela aquela empresa

minerador que está ali, né. E os animais fugindo de lá passando para outra área, assim desesperadamente e assim com certeza a Vale vai atuar se a gente não fizer nada para impedir, certo. Então assim eu clamo a vocês esse apoio aos parentes que estão vivendo muitas vezes de ajuda de voluntários que estão indo lá na região, na aldeia, então assim eu só tenho mesmo que agradecer, espero que não sejamos cúmplice dessa tragédia cometida pela Vale, porque nosso país me parece que nós ainda é de outros países, porque esse pessoal está vindo aqui e está fazendo tudo no nosso país, assim como fizeram em 1500, está vindo aí, me parece que ainda somos colônia, eles estão tirando nossas riquezas daqui indo para outros países e assim debaixo dos nossos narizes e nós muitas vezes não temos fazendo nada. Deixo aqui meus agradecimentos Mithaue. PALMAS 59:49.....

Pataxó Bom dia a todos e todas meu nome é Pataxós sou da etnia Pataxó estou com os Pataxós Hã-Hã-Hães e tentando ajudar a comunidade também, a minha ajuda está na área cultural da aldeia neste momento estou sendo professor voluntário da área cultural da aldeia, porque as vezes nós vemos algumas situações das nossas crianças que estão estudando na cidade, porque eu e minha mulher usamos canga, as pessoas gostam de nos ver de saia, as vezes pinta o rosto nos utilizamos somente o carvão com água quando temos uma festividade utiliza o jenipapo só que a tinta feita com jenipapo verde ela dura um pouco mais de tempo na pele aí as nossas crianças quando saem da aldeia, que vão estudar em algumas escolas, as crianças que não conhecem começam a zombar, olha é índio usando saia, e quantas vezes as crianças não querem voltar para a cidade, gente por causa do preconceito que ainda rola. Então agente fica assim, poxa se a gente pudesse fazer de alguma forma a manter as crianças dentro da aldeia, para não precisar mandar elas fora, porque fora da aldeia não tem uma experiência muito boa, porque os nossos conhecimentos os nossos valores são diferentes das pessoas fora da aldeia, porque nós aprendemos a respeitar o nosso próximo do jeito que ele é, o seu credo o jeito que ele é, nós aprendemos a respeitar, os nossos mais velhos, os nossos anciões nos ensinam dessa forma é algo que nós trazemos na nossa raiz, mas é triste ver nosso filho chorar, não volto mais lá pai porque meus coleguinhas estão mangando de mim, caçoando rindo da minha cara, a gente ver nossas crianças nesse ponto, a gente fala poxa. Então eu quero na aldeia um trabalho voluntário para acessar a nossa cultura e aí saber que independente de quem somos, somos Pataxós somos guerreiros e vamos levantar a bandeira Pataxó onde quer que nós estejamos. Nós sentimos aqui na hora de descer no ponto do ônibus, a gente passando, alguns olhares curiosos e olhares preconceituosos, mas nem por isso vamos negar que somos pelo contrário é isso que nos fortalece a manter a nossa cultura, é isso que nos impulsiona a dar mais um passo a frente, porque estamos aqui para mostrar a diferença, se eu sou um Pataxó se sou membro de comunidade não defender o meu povo, não defender a minha família quem vai fazer isso por mim. Então na aldeia com uma pequena sala de aula com os alunos estamos fortalecendo a cultura para eles e ensinamos os nossos filhos a retrucarem da mesma forma não, retrucar de uma forma diferente, com carinho e amor. Porque assim nós podemos construir um mundo melhor. Não é porque recebi uma pedrada que vou dar uma pedrada, eu vou devolver com uma flor, vou devolver com um abraço, isso faz que as nossas crianças sejam pessoas simples, seres humanos de verdade. É isso que faz do nosso povo, um povo diferente porque nós tínhamos tudo, vou dizer como professor aqui. Nós vivemos muitos e muitos massacres, um dos maiores massacres foi o de 1951 que foi a cicatriz que ficou marcada na alma do nosso povo deixamos tudo para não querer manter contato nenhum, mas mesmo assim nós queremos esquecer o passado e viver o presente, deixa o passado para a história, porque o que eles fizeram no passado vocês não tem culpa, vamos mostrar que somos diferentes. E eu estou aqui como membro da comunidade como apoiador do meu povo que deve estar defendendo o meu povo onde é que eu esteja já estive em alguns lugares, e todos os lugares que eu fui consegui levantar a bandeira do meu povo porque que tenho que lutar pela minha comunidade, eu cresci e aprendi que vivendo de alegria do meu povo dentro da comunidade e seus valores da família. Cada lágrima que a gente derrama, ela tem valor sim, muito importante o nosso povo. É triste ver um rio tão bonito tão lindo e a gente não pode tocar nem os pés na água eles ficam doidos para entrar naquele rio, mas não podem as vezes temos de fechar os portões da aldeia porque só assim eles não vão então é triste ver que as plantações já não são a mesma, a comunidade não é mais a mesma depois que houve o rompimento a comunidade se encontra triste se encontra angustiada, porque como foi

dito aqui segundo nosso antepassado, água é vida gente e até quando essas empresas vão continuar fazendo isso com nossos rios como nossos mananciais, por isso nós saímos lá da nossa aldeia gente para vir aqui diante de vocês, pedir esse ajuda de vocês, que vocês abram os olhos de vocês para as comunidades indígenas que temos aqui no estado de Minas Gerais, que vocês olhem de forma especial pela nossa comunidade, esse povo que tem sofrido, que tem chorado, mas que mesmo assim nós temos lutado para que nossa comunidade. Chega de sofrimento, chega de tanto massacre, por isso viemos aqui pedir apoio de vocês, que vocês possam dar essa atenção para nosso povo, e assim termino a minha fala, desejando a todos um bom dia. Muito obrigado. PALMAS. ARLETE; Então, Ok, então. Bom à gente fica assim, bem o que a gente fica sem fala o pensamento fica fervilhando e eu entendo que nós acabamos de receber aqui varias denúncias que precisam encaminhadas para seus devidos lugares. Nós recebemos denúncia em questão da saúde da educação, assistência social e vimos também dentre outras, e vimos também o quanto que esse povo tem sido resistente. E a gente também agrade de quando vocês nos dizem da confiança que tem, deposita nesse conselho e da coragem de vir aqui falar dessa vivencia, desse descaso conforme foi colocado e também das iniciativas já colocadas buscando uma resolutividade para a situação vivida. Nós sabemos que independente dos povos, nós temos uma constituição que nos garante a questão da saúde da educação da moradia, então tudo que vocês trouxeram aqui enquanto cidadãos e cidadã brasileira são direitos e inerente a esses direitos tem a questão voltada para a etnia. Então senhores e senhoras podem ficar confiantes de que o depender deste conselho será encaminhado, e conta também com o nosso agradecimento a essa confiança e dizer para companheira mulher que diante de tudo que foi colocado e principalmente a sua fala em dizer que está cuidando das mulheres, está fazendo os partos e tem o olhar voltado para essas mulheres isso também nos deia muito sensibilizados. Porque nós entendemos de quem cuida de mulher cuida de uma geração. Então a gente só tem a agradecer. PALMAS. E nós agradecemos a toda essa manifestação e dizer que esse assunto e a questão dos povos indígenas afetados por essa questão de Brumadinho, tem sido colocada aqui por todos os conselheiros e especialmente pelo nosso Presidente, pela secretaria executiva e pelo Irajá que tem insistido essa é uma fala recorrente. Quanto ao pedido da presença física de conselheiros lá no território também já é assunto de pauta e que isso está sendo encaminhado. Eu vou passar a palavra agora aos conselheiros que desejam pronunciar e temo a Soyla que é a primeira inscrita a partir da fala de vocês, em seguida temos o Cristiano e a Ivone está cuidando aqui das inscrições, e eu agradeço e digo olha só a confiança depositada por esses povos e colocando nós também a responsabilidade enquanto seres humanos enquanto representante dos povos indígenas, na assistência social, isso é muito importante. SOYLA-CMAS DE PARACATU; Há um mês a gente denunciou esse caso à comissão de apoio uma vez que a gente se encontrou né Angorra na rodoviária ela e o cacique tinha uma turminha, vocês dois eu me lembro, e me assustou demais eu a Cecilia, até publiquei a foto e alguma observação no grupo de conselheiros, a gente esta trabalhando isso dentro da comissão de apoio e hoje a gente vai sair com resoluções daqui, não é possível porque a situação não é socorro é urgência. Angorra falou uma coisa para mim que me impressionou muito. Ela falou assim chegou carne lá estragada, você se lembra disso, ficamos horrorizadas comida estragada, estavam enviando para eles, nem animal come comida estragada, ser humano vai comer comida estragada. Ficamos extremamente revoltas na época e não é só isso ela falou que na rodoviária, todos trajados, e todo mundo parava para tirar foto e eu fui lá por outro interesse porque eu sou Tupi Guarani né, fui lá para aproximar do povo e aí a gente começou conversar, aí ela falou assim falam para nós porque não vão embora, porque a referencia do Pataxó é do sul da Bahia e tem os familiares lá no sul da Bahia, mas se a gente for que vai cuidar da natureza nós somos defensores da natureza nós estamos lá para cuidar dos animais da terra da gente, então assim é uma coisa muito mais além. Me arrepio de pensar que eles não foram atingidos só eles foram atingidos espiritualmente também, foram atingidos de todas as formas mais cruéis, a história deles foi atingida e a gente tem de tomar atitudes senão a gente vai ser como bem disse o companheiro, cumplice. É isso que tenho para dizer. É um povo resistente que eu me orgulho de ter esse sangue correndo em minhas veias, só que a gente tem de lutar mesmo, e a gente vai ter de lutar como homem branco né na justiça. É isso. ARLETE obrigada Soyla, Cristiano. CRISTIANO-SEDESE; Bom dia. Eu queria só reforçar a isso que já

foi falado, primeiro agradecer muito a presença de vocês, porque para mim é uma honra eu poder ouvir essas palavras, isso só reforça na gente a dívida que o povo brasileiro tem com os nossos indígenas, descendentes, com os povos que vieram escravos, que foram escravizados primeiro que foram os povos indígenas durante o período da colonização, então isso só reforçar a nossa dívida que a gente tem. Então me sinto honrado com a presença de vocês, mas é importante sempre a gente ter isso reavivado dentro da gente não só nesses momentos específicos, que como vocês falaram muito bem que essa luta não é de agora, antes do desastre já havia uma luta, que vem ocorrendo há muito tempo, o desastre só agravou a situação. Então é bom que a gente sempre se lembre dessa situação e não só se lembre e fique pensando, mas a gente passar a agir, porque a gente az vezes tem muita dificuldade de agir, então é importante essa vinda de vocês e é assim de novo me sinto honrado com a coragem de vocês porque muitos não têm essa coragem e acabam desistindo e a luta de vocês é de centenas de anos, isso não pode ser desconsiderado. Eu queria aproveitar e só dar um informe meu nome é Cristiano além de ser conselheiro eu também trabalho na SEDESE em proteção especial e a gente agendou uma visita na semana que vem no dia 25 é quinta feira, então vai um pessoal nosso lá da proteção especial, foram convidados também ao pessoal da gestão e do CRAS do município Bicas diante da fala de vocês, é eu pedi também se consegue a participação do pessoal da saúde lotado no município para poder acompanhar lá a visita. Só que é isso que lá vocês reforcem o que falaram aqui, porque não adianta a gente ir lá entrar e sair, porque são vocês que estão vivendo a situação e agente precisa de mostrar que esse trabalho nosso não pode ser superficial, a gente precisa continuar, eu me lembro de que durante o desastre de Brumadinho teve uma equipe que também lá aldeia que é do Direitos humanos que também estava lá com a gente, não sei se foi o Djan que esteve lá, mas importante a gente reforçar isso sabe, para não ficar só na visita vai vê com está e vai embora, por isso é importante também a presença de vocês e eu agradeço muito a presença de vocês aqui. Outra coisa que eu queria só reforçar que é uma luta que a gente tá, desde Mariana e Brumadinho que a gente esta falando aqui, que é essa questão dos atingidos diretos e indiretos então assim em todos os locais que a gente tem ido para acatar a situação desde desastre, e que tem a participação da Vale, a gente está fazendo questão de o tempo todo não estar fazendo essa diferenciação de atingido direto e indireto porque se não varias pessoas vão ficar de fora de todo esse processo de reparação que está acontecendo então não tem essa vocês foram atingidos, tem um acordo que foi feito, que vocês fizeram questão de trazer aqui e que não está sendo cumprido, foram formadas algumas comissões de atingidos, mas a gente precisa cobrar a participação desses acordos que foram feitos. Então eu me coloco a disposição também, na terça-feira quando estivermos lá com o Direitos Humanos e o pessoal da Prefeitura, reforcem todos esses pontos, para a gente continuar fazendo esse trabalho e também melhorar. Eu peço desculpas porque isso que o Irajá falou realmente e preciso falar que o estado precisa estar mais presente, mas não só o estado, mas todos nós. E vou, além disso, que a Soyla fala, porque todos nós somos cúmplices disso. Todos nós temos uma dívida com os povos indígenas, com os povos negros que durante esses últimos quinhentos anos vem sofrendo todo esse processo que a gente tem hoje. Tudo que a gente vive hoje de desigualdade extrema que a gente tem no nosso país e resultado desse processo dos últimos quinhentos a nos e estão de parabéns. E obrigada pela presença de vocês. ARLETE; Obrigada Cristiano antes de passar a fala para Ivone eu quero solicitar que essa reunião que você falou que o CEAS seja informado na pessoa da secretaria executiva para que tenha representação. Obrigada. Ivone. Eu quero registrar também a presença da Aninha. Ok Aninha, seja bem-vinda, chegou mais uma pessoa neste instante, a Vice-presidente do conselho municipal de Belo Horizonte a Lara, gente fiquem a vontade sejam todos e todas bem-vindas. IVONE-COGEMAS; A gente fica até muito assim emocionada de ver a garra de nossos irmãos Pataxós. Parabéns pela luta para garantia desse direito, e quero dizer só que essa luta das minorias e aí os indígenas e os negros que sempre tiveram uma exclusão desse nosso país e que é uma luta de minorias, e minorias dentro desse universo de Brasil de Minas e do mundo né, elas estão cada vez mais postas a não existir e esse conselho tem esse papel esse compromisso que aqui nos representa né, e Irajá que vem trazendo esse grupo a Dona Arlete que vem trazendo a causa das mulheres negras, nós temos aqui as comunidades quilombolas que esse conselho traz com muita honra e com muita representatividade, as instituições né o Márcio representando os deficientes, temos

entidades lutadora apoiadora, a Caritas os trabalhadores, então eu acho que vocês vieram no lugar certo, aqui é um lugar que eu acho que tem uma grande possibilidade unindo essas forças né, para lutar pela garantia deste direito. Temos o COGEMAS que é o colegiado dos gestores estadual de assistência social e nós estamos aqui para dizer para vocês que o que depender de nós vamos lutar. Quero dizer para vocês que toda essa reunião é gravada então tudo que vocês falaram está gravado, para o conselho estar recuperando todas as falas tudo que vocês trouxeram de reivindicação. Então quero dizer o que depender de nós do COGEMAS para ajudar e tal. O ponto muito importante que vocês falaram que é a garantia da água que não vai afetar só as minorias atinge todos nós como vocês colocaram, todos nós estamos atingidos, a questão do meio ambiente da água da flora da mata então eu acho que envolve um descaso com toda população não só das minorias. Obrigada. ARLETE; obrigada Ivone. Estamos encaminhando para finalizar as inscrições, ainda temos seis inscritos, se a Soyla quiser dar a vez dela para mais uma pessoa, que ela solicitou de novo, para que a gente ter mais serenidade. Nós passamos agora para Martha MARTHA-SEDESE; bom dia todos e a todas, meu nome é Martha eu sou servidora da SEDESE a gente já tinha tratado essa situação mês passado aqui no CEAS e a gente requereu que as conselheiras trouse como denuncia para a gente tratar do assunto como denuncia né. Então no mês passado com as comissões, acho que de Normas e Apoio aos conselhos, pautaram esse assunto e a gente pediu isso, mas como o governo de Minas criou um comitê pro Brumadinho e ontem esse comitê foi a Brumadinho, por isso que não vim ao Conselho ontem, para uma audiência pública para ouvir a população para além das informações que o governo tinha, para que a população expressasse que dificuldades estava tendo, porque as vezes são informações que não submergem de forma muito fácil a não ser pelo relato das pessoas, eu solicitaria ao conselho que essa parte da gravação que os índios trouxeram e as questões que eles trouxeram fosse fornecida, porque eu me comprometo em dar conhecimento ao comitê pro Brumadinho essa situação. Outra questão é que o comitê está nesse momento fechando uma proposta de trabalho para todas as situações que forem encontradas com o desastre de Brumadinho e como o comitê várias secretárias de estado Meio Ambiente, SEDESE e esse comitê vai dar o encaminhamento ao planejamento de ações de intervenções em todos os municípios envolvidos com o desastre não só em Brumadinho. Então eu pediria essa gentileza para eu levar para o comitê, não sei se é um relato da SEDESE da assistência social do direitos humanos porque vão ser iniciadas articulações de outras pastas também. Eu me comprometo a pautar isso no comitê e ver qual vai ser a proposta de atuação especificamente para as comunidades tradicionais porque também quilombolas foram atingidos, vocês e os quilombolas que ficaram isolados numa situação bem precária, o rio o solo está comprometendo o modo de vida de vocês quilombolas, ribeirinha e a agricultura também. Então eu peço a gentileza do Conselho, eu posso até fazer a transcrição desse trecho encaminhar para o comitê pro Brumadinho para a gente tratar isso lá e se for necessário, eu queria um contato, porque pode ser que o comitê possa querer fazer um específico com algum de vocês, para a gente também dar um retorno, eu pego com vocês daqui um pouquinho. ARLETE; Obrigada Martha, é interessante essa ideia do comitê, quer dizer vai reforçando e trazendo mais parceiros para essa luta tão importante e eu quero acrescenta aqui que ontem a Rosa nos apresentou um estudo, parece que é de uma sanitarista, que ela fala sobre a questão dos atingidos é vitimas diretos e indiretos e isso nos dá assim uma, isto, independente do grau de vitimização todas as pessoas são vitimas. Isso é muito interessante porque isso nós ajuda a ampliar o nosso olhar a cerca desse tipo de tragédia e assim como de tantas outras. Juanita. JUANITA-FEDERAÇÃO DAS APAES; Bom na verdade eu penso que a gente tem de materializar as ações então com relação ao encaminhamento a gente está vendo que o governo já está envolvido nesse processo, principalmente com a fala da Martha com envolvimento de todas as secretárias também de comitê, entretanto o representante da SEDESE Cristiano falou dessa reunião no dia 25 e como a assistência social te um olhar diferenciado para esse público a população indígena eu peço, eu proponho que seja tirado um representante deste conselho para acompanhar para participar junto com a SEDESE nessa reunião do dia 25 que eu acho que é mais que ouvir, que além de ouvir né porque já tem cinco meses de acordo com o relato das participantes, mas como nós temo uma realidade da política que é transversalidade por nós estarmos nessa reunião para nós conversarmos com o CMAS de Brumadinho e ver com eles as ações que estão sendo feitas para

apoiar essa comunidade no sentido do controle social e ver se esse conselho precisa do apoio do CEAS para encaminhamentos de controle social com relação a esse trabalho que é feito lá em loco, porque é o CMAS de lá que deve estar fazendo, mas considerando a situação de crise a situação de emergência para ver se eles precisam do apoio do CEAS nesse sentido. E também como relação a SEDESE que vai estar lá e pelo que o Cristiano falou que membros da saúde e do direitos humanos, para que saia de lá, eu penso, um plano de apoio a essa comunidade né, porque já tem cinco meses que as crianças estão sem escola, sem o transporte, sem o acesso a saúde, então assim com certeza a SEDESE vai fazer isso porque nesse estado de situação de emergência o estado tem um papel importantíssimo e propenderamte para conduzir as demais políticas publicas no plano de apoio lá nas diversas aéreas, dentre outras educação e saúde e a própria assistência né, porque foi relato aqui para gente e o pedido de socorro em situação de vulnerabilidade e risco social, dentre elas preconceitos discriminação vulnerabilidade material, relacional enfim dentre outras. Então como a SEDESE vai ter o olhar mais focados nessas intervenções,, que a gente pode estar aqui por meio de um representante apoiando o conselho a selar por essa proteção dessas pessoas. Obrigada. ARLETE; Obrigada Juanita. Então reforçando mais uma vez a solicitação de presença de um representante do CEAS nessa reunião do dia 25. Sandra. SANDRA-CMAS MONTES CLAROS; Então, na verdade assim. Primeiro quero parabenizar, acho que foi muito importante a fala da comunidade dos povos indígenas colocando essa realidade para gente, mas me inquietou bastante e fiquei me questionando, porque assim nós estamos a quase sei meses do desastre de Brumadinho e uma situação assim tão precária das pessoas, e aí eu coloco que eu sou também funcionária publica e sei que o estado tem uma burocracia e que temos que aprender essas burocracias. Aí eu não consigo, quando foram colocadas as denúncias aqui de crianças sem escolas, de mulheres com questão de saúde me incomoda muito isso daí, me incomodou desde quando a Soyla colocou a questão da alimentação, ela partilhou comigo até antes de trazer para a plenária, me incomodou muito isso daí e que dificuldade nossa enquanto estado, enquanto os dois municípios e enquanto estado mesmo enquanto nós SEDESE de fazer alguma coisa. A gente sabe que muitas vezes um telefonema de um secretario para um prefeito a gente consegue resolver as coisas sabe a gente não precisa, importante é a ação que a Martha colocou aqui do comitê. Não estou desmerecendo não gente isso é fundamental, não estou desmerecendo a reunião que o Cristiano vai lá dia 25 e vão outros órgãos, nada disso, mas estou dizendo que às vezes a ação tem de ser imediata porque a situação a realidade exige que seja mais rápido que se a gente dá um passo a gente tem de dar dois para poder resolver e nós sabemos eu sei disso que muitas vezes um telefonema, você pega o celular e liga para o prefeito e fala, e o prefeito vai dizer que não tem dinheiro e o estado pode discutir lá com o pessoal da finança como é que a gente resolve isso, pode falar que não tem dinheiro, mas para uma ação dessa a gente pode ver o que podemos fazer, o que a gente não pode deixar é criança sem escola, mulher grávida com situação de sangramento com risco de vida não, o povo receber comida estragada nós estamos falando de gente. Aí nós temos de aprender que a burocracia não pode nos prender. O que eu vi aqui e o que eu senti já há muito tempo é que nós inclusive estamos sendo amarrados pela burocracia, nos acorrentaram e não podemos deixar acontecer isso. Nós enquanto servidores do povo que somos pagos por eles nós não podemos deixar que isso aconteça, eu fiquei surpresa, fique aqui sem saber se falava ou não, mas isso me aflige muito sabe. Eu enquanto servidora ocupo cargo comissionada, quando tem um problema com outra secretária pego o telefone e ligo para o secretario para resolver. Impossível um secretario não consiga resolver uma situação dessa. Liga para o prefeito ele fala lá então liga para o secretario de saúde, liga para o secretário de educação vem resolver isso aqui. Gente não da mais para ser desse jeito. É isso que estou dizendo seis meses do desastre de Brumadinho as comunidades ter de vir aqui para denunciar, qual é o olhar enquanto estado, município estado de Minas estamos tendo para as pessoas. Me incomodou foi por isso que falei. E eu me disponho enquanto profissional a contribuir de alguma forma para isto daí, a gente pode pensar até como contribuir, tá. Obrigada. ARLETE; Obrigada Sandra. É Irajá. IRAJÁ. A gente quando pensa num povo, eu venho sempre colocando a situação do povo indígena não só a situação no estado de Minas , mas em todo o Brasil, isso nos preocupa o preconceito o racismo essas coisas toda. É essa situação quando aconteceu com o povo Pataxó isso foi falado neste conselho, a

comunidade atingida, mas a Sandra falou muitíssimo bem quando a gente fecha os olhos para umas situações. Eu acho Cristiano, eu me coloco a disposição como conselheiro da assistência para comparecer nessa reunião e outra coisa assim como a reunião com órgãos eu também quero ser convidado para estarem presentes nessa reunião, assim como o coordenador da SESAÍ tem que estar presente, eles tem que ter a responsabilidade também que o órgão de direito dos povos indígenas, acho que o estado tem de convocar eles também, eles tem que ser ouvido pelos órgãos competentes relacionados à saúde, e também Cristiano eu não sei se foi colocada a secretária da educação não sei quem esta representando da comunidade tradicional da educação, tem algum aqui, não aqui agora, não porque aqui no conselho Angorra nós temos representação de todas as secretarias entendeu, aqui do estado de Minas Gerais, eu perguntando se tem alguém aqui presente da secretária de educação e sem tem alguém aqui representante da secretária de saúde, para dar segmento, só você né Sara eu se não me engano parece que, ARLETE questão de ordem, falar no microfone. IRAJÁ então assim eu acho importante Presidente, esses órgãos ter, porque assim é muito grave você estar colocando em risco uma serie de mulheres terem os partos como antigamente, né, não estou dizendo que isso não pode acontecer, pode sim, mas é um risco que essa pessoa corre por falta de um atendimento, porque o município não quer atender, e porque a comunidade tradicional a comunidade indígena, né. Então onde fica essa responsabilidade para o ser humano. Acho que o município tanto o Bicas e de Brumadinho tem de ter essa responsabilidade assim, acho que tem de chamar secretários de saúde e educação para eles estarem presentes Cristiano. Se tiverem de resolver um problema na comunidade eles têm de estar presente, eu acho que não tem ir só a SEDESE com representante da secretária não, tem de ir outros órgãos competentes que é responsabilidade do município, então presidente me coloco a disposição se for possível. ARLETE; Obrigada Irajá, Élerson. IRAJÁ Presidente eu gostaria que os parentes pudessem relatar até o final da reunião. ELERSON- CARITAS BRASILEIRA; Bom dia eu sou da Caritas Brasileira do setor de entidades. Gostaria que nós da Caritas estamos atuando lá em Brumadinho desde de 26 de janeiro, somos a assessoria técnica de Mariana uma fala uma pergunta muito interessante que um deles fez na fala deles “ Eu não entendo o que faz para a Vale continuar atuando “ a resposta para a gente é muito tranquila infelizmente a resposta é muito clara. Porque a Vale vive atuando. A Vale vive atuando porque a gente vive em uma sociedade onde a gente tem a primazia do capital, tem a primazia do lucro econômico da maximização dos lucros em detrimento da vida da pessoa humana é por isso que a Vale continua atuando por isso que vocês são necessários. Se a gente tem hoje a preservação da natureza é porque nós temos comunidades tradicionais nos temos pescadores nos temos comunidades indígenas, nos temos quatro comunidades quilombolas na região. Então preposição que eu já colocaria que a visita tem de ser as comunidades indígenas, mas também para as comunidades tradicionais. Toda semana estou indo lá e vendo o grande problema de acesso à água que essas comunidades tem tido e a leniência do poder público na atuação em relação aos mais atingidos. A situação ela é tão escabrosa, eu acho que assim é muito pertinente a sensibilidade é muito pertinente essa comoção porque se a gente não se comove a gente não age, mas eu gostaria de dizer que não adianta a gente ficar chorando aqui com aqueles que sobreviveram e principalmente com aqueles já morreram se a gente não trabalhar na construção de um novo modelo. Porque o que está acontecendo não é só lá em Brumadinho, mas também em Mariana em Barão de Cocais o que está acontecendo é que a Vale Do Rio Doce está se aproveitando dessas tragédias desses crimes para expandir o território de atuação dela, não só lá atrás do INHOTIM, mas lá em Barão de Cocais locais de atuação que ela deveria pedir vários licenciamentos já foram cercados com muros com autorização judicial. Então o que nós podemos fazer enquanto conselho, o que a gente pode fazer enquanto poder público porque essa situação dos crimes em relação da exploração da mineração ela se dá porque a gente não tem protocolos, a gente não tem resoluções que cria metodologias de ação em diversos segmentos do poder público para atuar. No dia 26 de janeiro quem foi lá era o samba do crioulo doido, ninguém sabia o que fazer simplesmente ninguém sabia o que fazer e aí o que acontece, a empresa que é a criminosa, a situação foi tão louca, que o criminoso senta à mesa junto com o Governador do Estado, com o Ministério Público, com a defensoria faz um acordo os atingidos não participam. Vocês participaram desse acordo judicial, foram juntos, os atingidos não participam. O acordo é feito junto ao poder publico e a empresa criminosa

defendendo interesse que a gente não sabe de quem e os atingidos não participam. E a gente tem um governador de estado que a todo tempo está brigando com a gente, falando o seguinte, nós temos que, a empresa precisa voltar a operar. Nós não somos contra a mineração em si, eu até que sou também, mas a gente precisa, o que estou querendo dizer o seguinte, mas antes de falar que todo mundo é contra a mineração, e todo mundo tem um celular, nós somos contra a mineração e todo mundo quer andar de carro isso não é ser contra a mineração, ou a gente repensa a nossa forma de viver, segundo os povos tradicionais em respeito à natureza e a gente não vai ter, nossos netos nossos filhos não vão ter futuro para o planeta, desculpa a dureza assim, mas para quem está vivenciando com eles é muita hipocrisia a gente ficar aqui chorando, defendendo e tal, e defendendo o mesmo modelo. Porque em Brumadinho só aconteceu porque não teve punição nenhuma para os culpados de Mariana. Em Mariana já faz anos que estamos lutando para conseguir a indenização das pessoas, e a Vale trabalha o tempo todo, nem se passou pela Assembleia Legislativa, agora que está tributando. Não se tem um protocolo da atuação, eu só estou colocando essa situação, porque existem tratados internacionais em relação a isso. A Caritas trabalha com emergências no mundo inteiro e a nossa luta para que se construa a gente tem um plano nacional da defesa civil, mas a defesa civil e o corpo de bombeiros adoram atuar na hora da emergência existe um consenso internacional para que a gente construa cidades mais seguras. Então você trabalha com a gestão de risco, você constrói alternativa, não é construir só sirene não, você constrói uma comunidade a partir de protocolos que a gente pode fazer juntos com as comunidades. Eu vim das comunidades. Projeto Esfera é um deles o plano nacional de defesa civil aqui ele trabalha um pouco mais nesse sentido, mais a atuação da defesa civil não é bem vista. Na primeira atuação da defesa civil que aconteceu na Nacional, nós da Caritas entramos muito de supetão não queriam a gente é um setor muito militarizado só para vocês entenderem. Então nós temos que pensar alguma coisa nesse sentido, a gente não quer que tenham mais crimes e mais tragédias, mas se agente tiver uma metodologia de atuação caso isso aconteça à gente não ficar a mercê da empresa criminosa. Nós estamos juntamente com outras entidades especialistas internacionais para fazer estudo da água. Para o caso da bacia do Rio Doce para vocês terem uma ideia tem lugares na bacia do Rio Doce que a empresa diz que a água hoje está mais limpa que era antes da tragédia e esses laudos são laudos também usados pelas prefeituras. Então há uma disputa de narrativa todo mundo que liga um rádio uma televisão você tem uma propaganda e essa propaganda ainda entra na cabeça das pessoas. Então a gente precisa, poder publico de forma geral não pode ficar refém você tem uma empresa que explora uma empresa que contrata uma empresa de segurança que vi dar o laudo para ela, e quando mata a própria empresa faz isso. O acordo que está sendo feito com os atingidos de Brumadinho ele não supõe simplesmente uma indenização, uma reparação, o acordo individual ele supõe que alguém ceder à indenização da Vale ele abre mão de tudo aquilo que ele tinha, era o sonho deles pegar a comunidade do Córrego do Feijão pegar aquelas comunidades, o solo é só minério. Lá em Mariana com muito custo nos conseguimos que Bento Rodrigues não ficasse na mesma empresa. O que vocês vão pagar é reparação diante do crime que você cometeu. Agora vai dar u valor para pessoa e se apossar do território que é rico em minério que a gente está sabendo. Porque o que se perdeu e o que está se perdendo nestes locais, gente não é só o bem material. Principalmente nas comunidades tradicionais você perde o seu modo de vida. Nós temos Genio a Carol que está lá ajudando, quer dizer para as comunidades tradicionais é através da celebração do rio que você faz o ritos de passagem, como você faz se não tem mais rio, como você fala com um pescador que passou a vida pescando, que agora você não vais pescar mais, não eu vou dar um dinheiro para você abrir um comercio ali. O índice de suicídio na região, que toda região mineraria já tem um índice de suicídio alto, o indicie de suicídio na Região de Brumadinho e de Mariana é mito alto e isso não entra na conta como atingido não. As pessoas que morrem depois, nós tivemos uma caso lá agora de um jovem que morreu, não entra na conta do crime, então a coisa vai se estendendo e para terminar eu acho que a gente tem que falar alguma coisa ou falar uma moção de repudio alguma coisa nesse sentido, não sei se cabe, talvez valesse discutir um pouco mais, mas acho que a gente tem que encaminhar alguma coisa nesse sentido, de que não basta a gente estar fazendo um apoio emergencial depois que tem o leite derramado. Acho que a gente precisa de fato trabalhar para ter outro modelo de sociedade, um

modelo de sociedade que tenha a vida em primeiro lugar, a preservação das culturas tradicionais, há uma tendência de uniformizar o modo de viver acham que todo mundo tem de ser europeu ser ocidental usar calça jeans não pode usar aquilo que é de sua cultura isso não é alucinante isso é uma cultura de morte ou a gente se posiciona ou a gente se posiciona em relação a isso ou vai ser todo mundo engolido por essa tendência. ARLETE; obrigado Elerson você traz questões muito importantes que a gente tem que repensar, tem que revisitar nossas histórias, para revisitar é preciso olhar o passado, não viver somente do passado, mas trazer nossa história, pontos nefrálgicos que é resultado das nossas vivências de hoje e você traz também a questão do território que é fundamental. Se a gente não dá conta de ter um olhar amplo de tudo que acontece no território a gente está fadada ao fracasso. Isac é você. ISAC-FEDERAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE MINAS; Bom dia a todos e a todas, um bom dia especial para a comunidade indígena presente. Eu só queria me solidarizar com a comunidade, a gente que tem sido uma longa em muitos no espaço da história, dos momentos da escravidão e em outros momentos as nossas vidas as nossas comunidades tradicionais são muito parecidas tem as exceções é claro, mas têm muitas semelhanças às significações com a natureza a forma de agir com a natureza e tudo mais. É só vou lembrar um pouquinho quando aconteceu tudo eu estava em Diamantina, estava estudando quando fiquei sabendo, recebi um relato muito desesperador de Jesus que é o nosso presidente da Federação do Estado e muita gente ainda não sabia se tinha tido alguma vítima quilombola, depois tivemos a confirmação que havia mortos quilombolas, então foi mais doloroso para a gente assim. E as comunidades de lá ainda vivem uma situação muito desorientada porque perde um pouco o sentido, perdem as ações, o impacto sobre a vida nas comunidades é muito grande e para, além disso, eu não gostaria de ser repetitivo, mas infelizmente a gente tem que ser repetitivo, graças a burocracia às vezes, as coisas demoram muito a acontecer e as pessoas que são vítimas desses crimes elas quando conseguem recuperar um pouco o seu modo de vida, demora muito para conseguir fazer isso, mais infelizmente além da Vale continuar atuando e tem outras empresas na área da mineração que atuam e querem entrar cada vez mais nas comunidades tradicionais, sobretudo, infelizmente a gente tem discursos muito maldosos até por parte de governantes no Brasil que jogam na cabeça das pessoas que comunidade tradicional comunidade quilombola comunidade indígena são pessoas que não tem o que fazer são pessoas que atrasam o desenvolvimento do país e com esses discursos eles vão querendo justificar investimentos autoritários dentro das comunidades, negando a nós o nosso território e explorando ali a custo de nossas vidas. Eu já vi casos, por exemplo, em Minas de empresa questionar a certificação da comunidade quilombola para poder explorar o território porque a comunidade não permite. A gente está vivendo isso no Brasil hoje e além da violência física mesmo em várias comunidades, contra a liderança esse Brasil a fora. Então eu é só concordar com que o Elerson falou da questão do procedimento de precisar evoluir um pouco e me colocar a disposição da comunidade, porque a situação que nos vivemos são muito parecidas. Obrigado. ARLETE; então obrigada Isac, então a gente fez o encerramento das inscrições elas foram concluídas com a inscrição do Márcio e eu quero agradecer, podemos conduzir para hora da comissão Soyla ou tem que ser necessariamente ser agora? SOYLA; Eu acho que não porque a Juanita, eu estou já definida porque a Juanita levantou uma questão que eu queria casar. ARLETE; Então assim nós vamos conceder né, em respeito aos nossos visitantes que estão aqui e que é de interesse do CEAS, Márcio você. MÁRCIO CALDEIRA-ASPROM; Eu acho que já tem duas reuniões conjuntas das comissões de normas e de apoio aonde houve essa tratativa da comunidade Pataxó Hã-Hã-Hães e quando houve esse relato nas comissões, houve uma profunda adesão do caminho que o controle social tem de estar desenvolvendo para entender e encaminhar e acompanhar o desdobramento dentro das ações necessárias para a reparação do que estava sendo relatado na comissão. Acho que nesse sentido o papel do controle social fica cada vez mais claro e na fala de todos os conselheiros que aqui me precederam a gente verifica muito claramente que o controle social tem de ter um papel extremamente ativo e preventivo na situação das barragens. As comissões já trabalharam e vai ser apresentada aqui hoje uma modelo de orientação de controle social para o CMAS principalmente de nove municípios que são diretamente afetados, e dentro do modelo e dessa orientação está muito claro lá o papel do controle social como espaço de interlocução dos atingidos o espaço de receber as demandas

apresentadas pelos atingidos e o que nós vivenciamos hoje exatamente isso. O CEAS é o espaço para recepcionar demanda que foi apresentada aqui pela tribo Pataxó Hã-Hã-Hãe. O controle social tem um papel fundamental nesse sentido aqui, e a gente tem de tomar muito cuidado para que a gente não possa misturar controle social com o papel da gestão porque o controle social é independente. Porque o controle social vai ser o caminho onde a gente vai recepcionar e identificar as demandas e vai trabalhar junto com a gestão para que essas demandas sejam qualificadas eu acho que é muito importante a gente ter essa clareza e a demanda é urgente no controle social e o CEAS assuma seu papel em orientação nas áreas que estão sendo atingidos os municípios que são afetados nos já temos nossa preposição e ontem nas duas comissões foi feita apresentação do material referente ao controle social e dentro desse material está muito claro, quando existe uma violação de direitos humanos existe uma violação de direitos socioassistencial, se existe uma violação nos direitos socioassistencial existe uma violação de direito já garantido em lei e o papel do controle social é exatamente fazer essas garantias de todos direitos já garantidos em lei até o controle social está diretamente ligado a essa questão e quanto ao CAS a gente tem de ter a infraestrutura necessária para desenvolver esse trabalho preventivo e extremamente urgente. Nós precisamos sim saber de detalhes dessas solicitações, já foi até solicitado a SEDESE um relatório da gestão em relação a esse atendimento específico da comunidade Hã-Hã-Hães para que a gente possa ter clareza do que foi feito e ter a ação do controle social encima disso, nós temos que agir enquanto controle social e por isso nós temos de ter infraestrutura, temos de ter condições de deslocamento do conselho para os locais atingidos, temos que ter condições de disponibilidade orçamentaria para que a gente possa desenvolver trabalho em loco nas comunidades. O que está sendo trazido aqui por essa comunidade pode estar sendo multiplicada por outras comunidades que não estão tendo acesso ao controle social. Se o controle social não se torna efetivo a multiplicação de situações como essa pode ser cada vez maior. Então nosso papel enquanto controle social é ter uma ação mais efetiva e preventiva e para isso temos de ter a infraestrutura necessária para isso. É importante que nas visitas que a gente tenha que possam ser realizadas, temos de ter um papel de controle social, a escuta tem de ser direcionada para o controle social, é esse o nosso papel. Fortalecer o controle social, porque nas falas que houve aqui o nosso olhar está no território, o olhar das violações está no território e quem está no território pelo controle social? São os conselheiros que estão lá nos territórios. Então a gente tem de fazer uma linha de multiplicação nesse sentido e tentar abarcar o maior território possível para que a gente possa entender a extensão dessas violações e quais são as ações propositivas para que elas sejam minimizadas. Somos vítimas também pela lei logica que foi apresentada aqui, nós estamos saindo do nosso lugar comum em função de uma situação, um crime que aconteceu. E por isso a gente tem que ter respostas para isso o controle social tem de ter uma motivação para a gente, nós temos uma grande motivação que foi apresentada para a gente aqui hoje e estão nos latos dessa plenária, todas as denúncias que foram relatadas aqui. Obrigado. ARLETE; Obrigado Márcio, então a gente vai ouvir a companheira Soyla e em seguida nos daremos os encaminhamentos necessários. SOYLA CMAS DE PARACATU; Primeiro lugar eu não pretendia nenhum momento tencionar essa mesa, mas uma vez que tenho responsabilidade de representar o CMAS do estado, fui a mais votada do CMAS governamental, eu tenho que estar aqui representando a que vim né. Juanita levantou apresentou a possibilidade de um conselheiro nos representar na reunião dia 25 e a comissão de apoio foi levantado no nosso ponto de pauta no primeiro em que a gente se reunião com normas algumas questões envolvendo também a comunidade tradicional, mas não a visita técnica, e a gente têm de levantar uma possibilidade de levantar uma visita técnica, não uma visita técnica junto com a também interessante ter representante de usuário bem como disse Irajá, e não só, e eu até levanto a possibilidade do Isac ,o Isac está para lá, de estar indo viu Cristiano e não só de estar indo viu Cristiano, depois dessa reunião, aproxima reunião eu acredito que vocês não ficar muito apertado de trazer para nós os resultados dessa visita vai ser muito interessante apresentar para esse conselho o que foi verificado nessa visita, para nós. Trazer uma devolutiva para esse conselho e sempre com a presença do usuário, porque essa é a briga desse conselho, que o usuário esteja lá né. E outra questão a capacitação dos conselheiros do CMAS, foi solicitado. Então a gente já tem de agendar uma reunião, um atendimento de conselheiros que têm experiência no CMAS junto com nossa equipe

técnica, que seja a Rosa, né Rosa, ou que seja outro com sua disponibilidade, mas assim que tenha o acompanhamento e que vá lá em loco mesmo, conversar com os conselheiros né, e que a gente agilize o quanto antes, e esses conselheiros estejam tanto na comunidade quilombola como na comunidade indígena. É esse o encaminhamento gerado, tá, que eu solicito. Obrigada. ARLETE; Obrigada Soyla, então gente. É isso, nós estaremos tratando dessa pauta e muitas coisas que foram levantadas aqui, e as comissões vão trazer no período da tarde porque já fazia parte da pauta. Enquanto a representação a ente também é de acordo que o Irajá que é a pessoa mais próxima do ponto de vista dos povos, que o Irajá enquanto representante no CEAS na comissão de normas ele seja essa pessoa e a gente pensou no Márcio, porque normas e apoio está conversando e tratando dessa matéria então a gente pensou nessa possibilidade do Márcio e do Irajá se assim for de interesse deles e também a disponibilidade. A outra questão também levantada VOZES a é VOZES em gente é porque houve indicação do companheiro Isac. VOZES. ISAC; Vai o Irajá e o Márcio né. ARELETE; Obrigada Isac e também com relação a nota pública né que foi sugerida é de responsabilidade desse conselho estar se manifestando sim, enviando essa nota para todas representações necessárias inclusive, saúde, educação tido que foi citado aqui, porque é o momento de voltar o olhar e encontrar resolutividade para essa situação, não que isso vai evitar outros fatos tão triste como este, mas pelo menos nos coloca numa posição de prevenção e trazendo também a fala do Elerson como representante da Caritas que já vem fazendo esse trabalho e que nós aqui somos as pessoas legalmente constituída para estar nessa luta e respondendo por esses povos dentro da assistência social, muito Obrigada. Só um minutinho, em questão de ordem, então vai ser liberado à tarde. Aqui só foi liberada a participação dos dois e a nota pública. ARLETE; é de comum acordo gente? JUANITA; Aí o dois vão junto com a SEDESE. CONSOLAÇÃO; mas a principio, nessa reunião. ARELETE; A principio nós estamos sugerindo que o porta voz desse conselho, sejam o Márcio e o Irajá. JUANITA; não isto está tranquilo, isso aí está claro né. E aí vai acontecer o que? Quando que vai, vai ser dia 25 semana que vem? ARLETE; Nós estamos a principio dentro da proposta do Cristiano que é uma reunião no dia 25, nós entendemos que essa participação é fundamental inclusive trazendo também uma questão que a Soyla colocou agora no final, de que na próxima reunião a gente já ter uma devolutiva dessa situação JUANITA; Claro. ARLETE; nós precisamos ter um conhecimento geral da situação. JUANITA; é porque são duas situações assim, eu penso né a gente já tem o trabalho que a SEDESE está fazendo, que a gente precisa saber né assim até que ponto eles já andaram o que já foi feito, porque nos relatórios de prestação de contas do FEAS que chega, a gente tem conhecimento de algumas ações que estão sendo realizadas, assessoramento, plantão social, mas de forma bastante amparrada, então considerando essa denuncia presencial que agora aconteceu, a gente precisa solicitar formalmente a SEDESE um relatório dessas atividades que a SEDESE está fazendo. Porque a SEDESE e não o comitê, porque a SEDESE que é nosso par vamos dizer assim, considerando a politica de assistência, o comitê faz parte, a SEDESE faz parte do comitê, mas aqui especificamente esse conselho solicita a SEDESE formalmente um relato das atividades e ações que estão em andamento, considerando o rompimento da barragem e especificamente ao povo indígena que foi aqui denunciado. A segunda questão Presidente eu penso que precisa melhor organizar essa ida ao dia 25. Se for um gabinete de crise que vai ser instalado lá, quem vai participar do município, se o CMAS vai estar se não agente fica nessa reunião ou vai para o CMAS, essa organização que precisa ser melhor definida, para os representantes do CEAS saberem qual ação eles fazer né. Porque estou falando isso. Por que se ele estiver presente com os demais na reunião eles vão acompanhar, eu imagino que dali vai sair um plano de apoio a essa comunidade, e nesse plano de apoio vai ter o que a educação vai fazer com relação com as quarenta crianças que estão sem escola, são questões materiais mesmos que foram colocadas aqui, com as duas mulheres que estão tendo hemorragia, as pessoas que estão sem cobertura de saúde. Esse plano de apoio imagino eu minimamente tem de estarem essas situações que foram aqui relatadas. Com relação ao acompanhamento do CRAS o que está sendo feito né. Por que se não assim fica muito longe assim para a gente ver as coisas acontecerem. Por que se não for nesse sentido, até para dar, para os dois conselheiros do CEAS ver de que forma que eles vão fazer a participação deles lá inclusive junto o CMAS. Eu fico imaginando que isso tem de ser melhor desenhado, essa ida nossa lá. ARLETE;

Juanita obrigado. Então a fala dos representantes dos povos atingidos na verdade foram falas somente de denúncias e nós estamos considerando essas denúncias e na nota pública tudo isso será relatado. Quanto a questão da reunião no dia 25 com nossos representantes aqui do CEAS, eles têm total apoio e autonomia do CEAS para que possam participar ativamente, registrar, além de tudo requerer uma ata no final desse encontro e também a gente peça que esse plano, que certamente será feito apresentado tanto pela educação, om a saúde, a questão da segurança alimentar, tudo isso nos interessa porque nós somos representantes diretos desse povo, e cabe a questão da logística ser discutido aqui comoque vai ser, início horário transporte, tudo isso tem de ser encaminhado e portanto já está decido a nossa participação e queremos acompanhar tudo que aconteceu e a proposta do que vai acontecer de forma que a gente possa de fato corresponder a confiança desse grupo que está aqui e que disse claramente do tanto que confia nesse conselho e nós estamos aqui oficialmente para representa-los. PALMAS,. JUANITA; presidente faltou o requerimento da SEDESE eu não sei se deixei claro, para esse conselho solicitar as informações, já pediu. ARLETE; já foi solicitado. JUANITA; foi o mês passado, então reforçar o pedido, porque não chegou ainda não. VOZES SEM MICROFONE. SARA-SAÚDE; Bom dia Sara da saúde mental do estado. Então a Natalia estava participando aqui no conselho e era da diretoria de acuidades em saúde que acompanha a questão de saúde dos povos indígenas. Ela foi exonerada no mês passado então acho que tem que chamar alguém para compor no lugar dela e acho importante ser solicitado para saúde e para a diretoria dela também as ações que foram planejadas e já feitas porque ela que estava acompanhando a questão dos atingidos, por a diretora de promoção de acuidades em saúde. Então só para destacar, porque também tem ações da saúde que não é na saúde mental e aí Cristiano talvez seja mais interessante alguém da diretoria delas acompanhar. Aí eu posso fazer essa articulação lá. Já foi comunicada a saída da Natalia? Porque ela era minha suplente e na ultima plenária ela não pode vir, e foi na mesma semana. Então eu vejo lá isso também tá. Obrigada. ARLETE; Sara muito obrigada, mas a gente mantém essa ideia que aquela antiga e famosa frase, quem tem fome tem pressa. Então a saída dessa moça que cuidava dessa pasta é nos remete a dizer que a emergência da resposta que nós estamos precisando e da qualidade do acompanhamento a situação aqui hoje colocada. Obrigada. VOZES. Então gente nós queremos agradecer mais uma vez a presença das nossas visitas né, que para nós foi muito importante, e que vocês fiquem a vontade para continuar conosco ou se for o caso a necessidade de se retirar, mas fiquem a vontade a casa está aberta e sempre agradecida a presença de vocês. Retomando os informes RISOS – VOZES, é eu também estou retirando a minha fala com relação aos informes porque de fato a gente acaba sendo redundante. Nós queremos então passara palavra para Aninha fique a vontade e seja benvinda mais uma vez. VOZES. ANINHA; Bom dia pessoal. Eu primeiro queria me solidarizar com os indígenas de Bicas de Brumadinho, inclusive dizer que agora pela manhã a gente constituiu na Assembleia Legislativa a frente parlamentar em defesa dos povos de comunidades tradicionais e hoje estava acontecendo uma reunião com parlamentares e com a secretária de saúde para discutir as questões referentes a proposta da municipalização da saúde para os povos indígenas e que a gente sabe que isso na verdade seria um grande retrocesso no atendimento a saúde. Então agora pela manhã estava lá acontecendo, inclusive quem viria aqui hoje seria o José Ribeiro que é assessor nosso também, mas ele foi acompanhando o André Quintão na Cidade Administrativa, a reunião acabou por agora então não sei o que foi acertado lá mais me solidarizar a vocês, inclusive Consolação eu gostaria que vocês encaminhassem a fala deles aqui para frente parlamentar em defesa dos povos das comunidades tradicionais que a gente enquanto frente parlamentar possa tomar as providencias que forem necessárias e cabíveis. Na verdade eu cheguei vocês já estavam no final da fala então só peguei o finalzinho, mas então é me colocar a disposição ai para isso e fazer essa solicitação ao CEAS para que encaminhe para frente. Na verdade a gente pediu essa pauta aqui de informe, para trazer aqui para vocês que no último mês nós formalizamos na Assembleia Legislativa a Frente Parlamentar em defesa do SUAS, fizemos um manifesto interno, colhemos assinatura com 50 parlamentares 87 deputados, 50parlamentares assinaram adesão a Frente Parlamentar em defesa do SUAS então era mais para fazer esse comunicado aqui ao CEAS oficialmente depois inclusive era para eu ter trago hoje , mas é que eu não estava na Assembleia trazer o manifesto com assinatura dos parlamentares, mas na verdade era para

dar conhecimento ao CEAS que nós estamos lá na Assembleia inclusive como toda disponibilidade para estar conversando com vocês sobre o futuro, sobre o que tem acontecido, inclusive a gente até já aderiu a conferencia democrática a realização da conferencia nacional, conferencia democrática da assistência social uma vez que o governo federal á anunciou que não vai haver a conferencia, diferentemente do governo estadual, me parece que até o momento é o compromisso , a Secretaria esteve lá na Assembleia, a Assembleia agora começou até por uma emenda da constituição é bom vocês saberem disso, de quatro em quatro meses os secretários de estado são convocados e não pode deixar de ir porque se não é improbidade administrativa, eles vão à assembleia para prestar contas do trabalho desenvolvido. Então semana passada a secretaria Elizabeth Jucá esteve lá durante toda a tarde, foi até quase uma sabatina, foi a primeira vez então daqui a quatro meses ela retorna, e se comprometeu com a conferencia deste ano. Então é mais para dizer isso para vocês, que nós estamos lá a disposição, vamos estar aqui acompanhando enquanto Frente Parlamentar, o conselho estadual assim com o COGEMAS, assim a gente quer estar assim conversando o fórum dos trabalhadores dos usuários, enfim é somar força e esforços, para que a gente defender o SUAS, que nós todos sabemos que está atualmente no momento extremamente ameaçado. E aí gente, já vou pedir a vocês licença porque infelizmente a minha mãe faleceu este final de semana e sou a curadora dela, então ontem e hoje estou tendo de tomar todas as providencias, eu só vim aqui agora porque o José estava lá na CAMG com o André e ele não iria conseguir chegar aqui, mas já me ligou e está a caminho para cá. Então vou pedir licença. Então obrigada e colocar a disposição e depois eu mando o documento para vocês. Obrigado, um abraço para vocês, bom trabalho. ARLETE; muito obrigada Aninha, e o CEAS está solidarizando pela passagem de sua mãe, que Deus abençoe a vocês. Dando continuidade nós agora vamos, VOZES. Ver o ato de referendo de apoio a conferencia nacional democrático de assistência social, Consolação vai fazer a leitura, e logo apos nó vamos ver se vai para o almoço se passa ainda parte da pauta da manhã para tarde, mas vamos trabalhando. CONSOLAÇÃO; No dia 29 inclusive é a data limite para soltar o documento de apoio à convocação da conferencia nacional de assistência social e o presidente Rodrigo, ele recebeu esse convite a assinatura ele inclusive passou para o grupo de Whatsapp dos conselheiros para consultar, porque revisitando o regimento interno ele poderia fazer uma aprovação ade referendo mas ele também quis ouvir um pouco o que os conselheiros pensavam a respeito. Poucos se manifestaram então ele falou da importância e tomou esse ato ade referendo pelo limite da data, em fazer um oficio às organizações de movimentos sociais apoiando a convocação e aí ele escreveu da seguinte fora; “às organizações de movimentos sociais o conselho estadual de assistência social de MG CEAS MG manifesta ao apoio a conferencia nacional democrática de assistência social. Na oportunidade esclarece que não se responsabiliza por qualquer custos de organização bem como o custeio de participação de representantes do estado nessa conferencia. Atenciosamente, Rodrigo presidente do CEAS.” Então passo para a Arlete, para votação do ato ade referendo. ARLETE; Então gente, está em votação o ade referendo, que concordar, por favor, se manifeste. VOZES então aprovado o oficio e agora vamos a leitura do documento em si, VOZES. então está aprovado, então vamos a resolução da proposta da conferencia. Quantas horas, dez para o meio dia, então podemos decidir agora se a gente sair agora a gente volta às doze e cinquenta, e aí o que a gente faz vamos ao almoço, VOZES. Eu estou colocando em discursão VOZES. Então vamos à resolução, ok. Márcio lamento viu, vamos, ah então tá, muito obrigada. Então vamos a resolução. CONSOLAÇÃO; ontem a comissão organizadora da conferencia, ela faz uma leitura das contribuições do texto da professora Eleonora Squetine que é referencia como se fosse uma ementa de cada um dos eixos e fizemos algumas complementações em relação, foi tirado que, nós vamos completar o texto que vai ser encaminhado a todos os conselheiros, vamos completar com o caderno de texto da conferencia de 2017. Ainda com o passo a passo sobre dados do governo federal como se tira os dados de repasse de recursos. Vamos recuperar deliberações da conferencia sobre os eixos e informação sobre o uso do IGD. E conversamos que o balanço dos fóruns e URCMAS vão compor a fala do CEAS nas conferencias regionais e os textos também vão ser encaminhados com orientações do CEAS de como vai ser utilizado. Então a gente vai repassar isso para todo mundo. Eu vou propor gente a não leitura do texto, porque ele fala daquilo que a gente falou, de tudo que se levantou, os dados de tudo que a comissão trabalhou, a gente passa

para vocês por e-mail. Se alguém tiver uma contra proposta, uma contribuição né, porque a gente passou assim esse material, pedimos inclusive retorno, VOZES. São seis páginas VOZES. Esse é só orientação municipal dos eixos que a gente tirou aqui e a professora respeitou tudo aquilo que alguém falou que deveria conter vocês quer que leia o texto, então tá. Vamos lá, põe o texto para mim, está na súmula Rosa. O CEAS de Minas Gerais possui em suas competências de convocar a Conferencia Estadual de Assistência Social conforme dispõe o inciso sexto do artigo treze da lei estadual 12262 de 1996 “convocar ordinariamente há cada dois anos ou extraordinariamente por decisão da maioria absoluta de seus membros a Conferencia Estadual de Assistência Social que será antecedida de pré conferencias regionais e terá a atribuição de avaliar a situação da assistencial social e definir diretrizes e prioridades para política estadual de assistência social”. Aí a gente grifa né essa questão da conferencia e fala aí que tem um grife nosso. Como a última conferencia ocorreu em 2017 este ano de 2019 é ano de conferencia estadual de assistência social. O inciso dois do artigo doze da mencionada lei dispõe sobre a composição do CEAS e determina que os representantes não governamentais são eleitos durante a conferencia estadual de assistência social associando perfeitamente uma data de conselheiros de anos determinado no mesmo artigo ao período da realização da Conferencia. Por isso mesmo sem a convocação do CNAS, Minas tem a obrigação legal da sua realização. Isso foi um adendo que nos colocamos ontem na reunião, foi solicitado para explicar porque o estado está convocando e não falar apenas da adesão da Conferencia Nacional democrática. Ocorrerá um conferencia Nacional democrática que foi convocada por organizações da sociedade civil e tem como tema **Assistência Social direito do povo com financiamento público e participação Social** este tema orientação a conferencia estadual de Minas Gerais as conferencia municipais mineiras. Para refletir esse tema a Conferencia Estadual vai se organizar em três eixos. Primeiro: O desafios da configuração do SUAS frente aos impactos da crise financeira do estado dos municípios, a emenda constitucional 95, a proposta da reforma previdenciária e a reforma trabalhista. Segundo: A rede de proteção social do SUAS e a relação com os órgãos de garantia de direitos. Terceiro: Democracia participativa, controle social e protagonismo do usuário no SUAS **NADA SOBRE NÓS SEM NÓS**. Alguns apontamentos sobre o conteúdo desses eixos e indicativos para debates estão a seguir. Eixo um; políticas publicas só podem se concretizar se houver recursos financeiros que possibilitem execução das ações previstas Assistência social é uma política cujo dever de oferta-la é do poder público no três níveis de governo, portanto o financiamento da política deve ser uma responsabilidade compartilhada pelos municípios, estados e união na forma como se organiza o SUAS. No período de 2003 a 2010 o financiamento dos entes federados foi crescente com predominância de recursos federais seguidos dos municipais e dos estaduais, essa tendência se manteve nos anos seguintes. Aí ela apresenta um gráfico que chama Evolução dos gastos dos entes federados no financiamento da assistência social de 2003 a 2010. Na barra vertical ela coloca os milhões na horizontal colocam-se os anos e aí ela associa com três linhas os recursos que foram dos municípios do estado e da União e aí apresenta, por exemplo, 2010 a união com 39.000.000,00 o estado com 4.000.000,00 e os municípios com 8,9 milhões. Essa fonte desse gráfico é o balanço do setor público nacional e da secretaria do tesouro nacional. Se considerados apenas os gastos do governo federal na assistência social em um período mais ampliado, verifica-se um crescimento significativo com destaque para o BPC assistência ao idoso e portador de deficiência e Bolsa Família. Aí apresento um novo gráfico que chama; Detalhamento dos gastos em assistência social em percentual do PIB 2012 a 2014 e aí o gráfico vai apresentar como se fossem montanhas, na horizontal os anos na vertical esse valor percentual do PIB e aí dentro do quadro coloca-se o Bolsa família, portador de deficiência, o idoso é pessoa com deficiência, mas como peguei do quadro, eu acho que pegou assim, assistência ao idoso, gasto tributário, assistência a criança e o adolescentes e outros, tá, então tem cores diferenciadas mostrando isso, isso é dedução, isso foi do Nexo jornal 2016. Continuando a leitura, no entanto estamos vivendo o contexto em que os recursos disponíveis para assistência social estão ameaçados, a emenda constitucional 95 prevê a redução dos gastos sociais por 20 anos, ou seja, o governo federal não poderá investir na assistência social e isso no momento que a crise econômica tem gerado mais de trinta milhões de pessoas desempregadas subempregadas ou que nem buscam mais empregos. A reforma trabalhista tem gerado desproteções crescentes as pessoas que vivem do seu

trabalho e a reforma previdenciária, acena com a possibilidade de um grande número de pessoas ficarem também desprotegidas. Além disso, estados e municípios têm registrado problemas crescente na composição de sua receita ou seja também estão sem recursos para investir o cenário é muito preocupante. O que fazer? Numa conferência a primeira tarefa a fazer, é conhecer para poder avaliar para depois propor diretrizes assim sendo é importante saber como está o financiamento da assistência social (orçamento e gasto) do município e do estado, As tabelas abaixo, aí tem três tabelas, podem ajudar nesse exercício para saber como os recursos evoluíram nos últimos anos. Aí são tabelas em branco, que assim na vertical coloca ano 2015 Proteção social básica, especial, vigilância, gestão, conselho e o total e aí têm na horizontal dividido em recursos federais orçados e gastos, recursos estaduais orçados e gastos, e recursos municipais orçados e gastos. Esse mesmo quadro se repete da mesma forma para o ano de 2017 e 2019 e ele está todo sem preenchimento, isso nós solicitamos, a Gabriela da DIVISON que ajude nesse preenchimento de dados para que a gente possa encaminhar o texto. Deu para entender Márcio, deu, qualquer coisa você me para, tá. Continuando a leitura, depois desse exercício o próximo é avaliar o que foi encontrado. Esses recursos foram suficientes para executar as ações da assistência social? Quais foram as principais dificuldades? O que é preciso fazer para superar as dificuldades? Por fim o exercício é indicar os governos, municipal, estadual e federal o deve ser feito para que o financiamento da política de assistência social cubra todas as ações necessárias e alcance todas as pessoas que dela necessitam. Continuo. Eixo dois: A vida em sociedade é muito complexa e isso se reflete nas situações sociais que chegam cotidianamente as equipes de trabalhadores da assistência social estejam elas nas unidades públicas (CRAS, CREAS, CENTRO POP, ABRIGO E LPI, ETC) ou nas organizações privadas que completam as ofertas públicas. Muitas das necessidades demandadas a essas equipes ou identificadas por elas nos atendimentos extrapolam as responsabilidades da assistência social, assim sendo, articular as ações da política a (serviço e benefício) promovidas pelo poder público e pelas entidades socioassistenciais que atuam no mesmo território é essencial assim como buscar articulação com outras políticas (saúde, educação, moradia, trabalho, etc) para que se protejam as pessoas e famílias de forma integral. Essa articulação forma as redes socioassistencial (própria do SUAS) e a intersetorial com as políticas públicas que são essenciais para esse objetivo. A assistência social tem um papel importante na proteção de pessoas que tiveram seus direitos violados para diferentes modos, assim como o acompanhamento de adolescentes que estão em medida socioeducativa. Essa função protetiva, coloca equipes da rede em contato permanente com o sistema de garantia de direito especialmente na área da criança e adolescente. A proteção integral dessas pessoas, portanto depende de uma ação articulada entre esses órgãos por meio de uma rede institucional que integram as diferentes instituições em torno de objetivos comum. A conferência é um momento importante para se refletir sobre as redes e como elas se estruturam como funcionam, é importante lembrar que nenhuma rede nenhuma instituição é mais importante que a outra, pois todas têm uma função a cumprir para que a proteção social se efetive. O que se espera é que haja respeito às competências institucionais e no trato a entre esses profissionais uma relação horizontal coordenada entre as pessoas e instituições. Assim o primeiro exercício é identificar as redes existentes socioassistenciais, interceutoriais E interinstitucionais dos territórios e as organizações que as acompanhem o quadro abaixo pode relacionar as instituições que compõem cada rede. Aí é um quadro que vi ter três colunas; a primeira é tem título geral que pega as três colunas, que seria o nome do território separa o município que separa o município para preencher, depois coluna um; rede socioassistencial própria do SUAS, a coluna dois; rede intersetorial com outras políticas públicas e coluna três rede interinstitucional diferentes funções em torno de objetivos comum. Aí tem um parêntese abaixo desse quadro (Observação cada município deve preencher esse quadro de acordo com sua realidade sugere-se a sua apresentação na conferência municipal). Continuando a leitura. Em seguida algumas questões podem contribuir na análise dessas redes. Algum público usuário da assistência social está sem proteção para essas redes? Como as redes têm funcionado? Quais os fatores que tem funcionado e os que dificultam a ação das redes? Como tem sido a ação da política de assistência social com o sistema de garantia de direito? Por fim o exercício é indicar aos governos municipal, estadual e federal o que deve ser feito, para que as redes socioassistenciais intersetoriais,

interinstitucionais estejam muito bem integradas, coordenadas de modo a gerar efetiva proteção social a todas as pessoas que dela necessitam. Aí gente a comissão definiu para completar inclusive esse texto e também os demais a gente vai colocar os textos da conferência anterior que a gente até teve uma oficina sobre a questão da relação ao sistema de garantia de direitos e aí vamos colocar esses textos complementando e fazendo uma orientação primeira de como eles devem utilizar qual texto que associa qual o tema para eles fazerem as leituras. Eu só estou adiantando isso porque vocês viram que podem ter sentido falta de alguma coisa aqui que nós vamos completar com esses outros textos. Eixo três; pode continuar? A democracia é um regime de governo em que a participação dos cidadãos é essencial, isso pode ocorrer por meio das eleições, ao se escolherem governantes e representantes, o que é chamado de participação indireta, mas constituição constitucional brasileira vai além e diz que os cidadãos podem participar diretamente das decisões políticas. Na assistência social encontrada para essa participação foi justamente por meio de conselhos e participações em conferências que devem existir e ocorrer nos três níveis de governo. Uma vez que os governantes e representantes eleitos têm o poder de fazer leis e de fazer a gestão dos recursos públicos uma condição importante das democracias é o controle público sobre esses atores, isso ocorre por meio de instituições específicas como (Tribunal de Contas) ou pelo controle de uma instituição sobre a outra (como quando o poder legislativo fiscaliza o executivo), mas também por meio de eleições quando os candidatos são avaliados e podem ser recolocados ou não nas funções que almejam. Ainda há uma terceira possibilidade que hoje é conhecida como controle social que é o controle exercido pelos conselhos nas conferências, assim como aqueles da sociedade (como a mídia as organizações de transparência dos observatórios, etc.) No caso de conselhos e conferências sua atuação está mais direcionada a política a qual estão vinculados. Participação e controle público (e dentre eles do controle social) são essenciais para que uma democracia seja forte. Quanto mais espaço de controle social existir mais chance para que as pessoas conheçam como funcionam as instituições de governo, possam dialogar sobre as necessidades da sociedade e prioridades governamentais, busquem contribuir com as decisões coletivas e querem a melhoria de vida para todos que vivem naquela sociedade, mas além de mais espaço a que se ter em mente quem são as pessoas que participam e exerce o controle social isso porque as democracias devem ampliar presentemente a inclusão política dos cidadãos para que possam decidir decisões cada vez mais legítimas, portanto a prioridade dos participantes é importante para assegurar que diferentes grupos e suas perspectivas e pontos de vista sejam considerados nos debates de decisão. Na política de assistência social deve-se ter uma atenção especial com usuários e beneficiários de modo que eles sejam incluídos nos espaços de participação, mas não é só sua presença que deve ser assegurada, devem ser dadas as condições objetivas para ele. Nessa direção alguns cuidados são essenciais, garantir que reuniões ocorram em dias e horários que possibilitem a presença. Assegurar que sejam criadas oportunidades organizadas, sobre a política e os temas que serão pautados. Cuidar para que a linguagem seja acessível a todos assim como toda ordem de acessibilidade necessária para aqueles que demandam atenção especial (cadeirantes presentes) contribuir na organização coletiva desses usuários dentre outros. A partir dessas considerações e outras que podem somar a elas o primeiro exercício é conhecer como está ocorrendo a participação e o controle social, algumas reflexões podem ajudar. O conselho tem se reunido regularmente nos debates e discussão, tem focado na política de assistência social? Quais as contribuições do conselho e da conferência para o aperfeiçoamento da política? As diretrizes da última conferência foram incorporadas no planejamento da política? O que tem facilitado o funcionamento do conselho da conferência? O que tem dificultado? Quais têm sido as ações desenvolvidas para promover participação de usuários e beneficiários da assistência social, seja nos espaços locais (CRAS, CRESS) seja nos espaços ampliados (conselhos, conferências)? Elas têm sido bem sucedidas ou não? Por fim o exercício é indicar os governos municipal, estadual e federal, o que deve ser feito para que as instituições de participação de controle social, conselhos e conferências, possam efetivamente promover a participação dos atores dessa política no debate e nas decisões que almejam a efetiva participação a todas as pessoas que dela necessitam. Então para completar o texto assim pela votação da comissão, é ser anexado o caderno de texto da conferência de 2017. O presidente Rodrigo ficou de elaborar um passo a passo para ter acesso à base de dados do recurso

para os municípios. Serão recuperadas as deliberações da conferência de 2017 sobre o eixo dois principalmente, será incluído sobre observação do uso do IGD, o balanço de Fóruns e URCMAS para compor a fala dos representantes do CEAS nas conferências regionais por isso essa fala não será incluída aqui no texto e serão encaminhados com orientação para a utilização dos mesmos. ARLETE; então gente Juanita está inscrita. JUANITA; na verdade num é para, é só para. No texto é, no eixo um, para a gente não colocar a pessoa com deficiência, pessoas portadoras de deficiência, no eixo dois, dentro das unidades sociassistências incluir Centro Dia e similares e centro de convivência, no eixo dois está lá centro de unidades especiais está CRAS, CRES, Centro Pop aí eu vou pedir para colocar centro de convivência e similares e ainda no eixo dois o público eu acho que ficou bom o texto sim, simples os municípios vão ter muita facilidade de compreender. No eixo dois onde ela fala do público eu penso que a gente poderia contribuir mais ainda com os municípios listando esse público, para dar materialidade para ficar mais fácil, inclusive nesse público a gente listar as populações indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas idosas, mulheres, enfim para que isso fique materializado para eles na hora da conferência para não ficar muito público, criança e adolescentes que já é o costumeiro das ações, para dar uma visibilidade maior o público que é de responsabilidade da política de assistência social protegida. E é isso. ARLETE; Então considerando as considerações da Juanita, podemos colocar o teto em votação? Então quem concorda, por favor, se manifeste. Aprovado o texto, muito obrigada. Agora a resolução gente. Vai ser rapidinho, vamos lá. CONSOLAÇÃO; A resolução, então. VOZES. Resolução do Conselho Estadual, gente está propondo o número dela, que é a 663 já foi aprovada aqui, 2019. A Rosa vai projetar para a gente a resolução. Dispõe sobre as orientações para as conferências municipais e regulamenta as conferências regionais de assistência Social de 2019. O conselho Estadual de Assistência Social – CEAS no uso das atribuições conferidas pela lei estadual 12262 – 2016 e considerando e considerando a sua ducentésima quadragésima quarta plenária ordinária ocorrida em 18 de junho de 2019, resolve; Artigo primeiro; aprovar a regulamentações complementares para as conferências municipais e regulamentar as conferência regionais de Assistência Social de 2019, contidas nesta resolução. Capítulo primeiro; da conferência municipal. Artigo segundo; O registro da conferência municipal está exposto no anexo um paragrafo primeiro o registro será feito em sistema eletrônico pelos conselhos municipais de assistência social mediante senha específica que será encaminhada oportunamente. Paragrafo segundo; o registro da conferência municipal que não for inserido no sistema mencionado no paragrafo anterior desobriga o CEAS inserir os dados e deliberações no compilado das propostas das conferências municipais. Capítulo dois; da conferência regional. Artigo terceiro; as conferência regionais terão por objetivo. Inciso primeiro; avaliar as deliberações das conferências regionais de 2017. Segundo; discutir as deliberações oriundas das conferências municipais de cada regional relativa ao eixo três, Democracia participativa, controle social, protagonismo do usuário do SUAS, nada sobre nós sem nós. Três; Deliberar por três propostas para serem encaminhadas a décima terceira conferência estadual de assistência social. Quatro; eleger delegados para a décima terceira conferência estadual de assistência social. Paragrafo primeiro; A mesa temática abordará três eixos propostos para as conferências expressos a resolução do CES numero 655 de 2019. Paragrafo segundo; As considerações das conferências regionais serão registradas e compiladas pela secretária executiva do CEAS e serão apresentadas na conferência estadual VOZES em qual? Artigo quarto; Para alcançar os objetivos expostos do artigo terceiro às conferência regionais contarão com uma mesa temática. Ato de conferir seguida da apresentação e discursão das propostas. Artigo quinto; a programação das conferência regionais 2019 será; aí tem um quadro com duas colunas, Atividades de 7:30 às 10 horas credenciamento e receptivo, 8 horas abertura, 9 horas mesa temática, 10 horas debate, 10.30 propostas oriundas das conferências municipais relativas ao eixo três Democracia participativa, controle social e protagonismo do usuário e do SUAS nada sobre nós sem nós, 12.30 intervalo, 13.30 continuação da discursão das propostas, 15.30 escolha de delegados para a conferência estadual, 17.30 plenária final apresentação dos delegados eleitos leitura e aprovação das moções, 18 horas término da conferência regional. Paragrafo primeiro; a comissão de organização da conferência indicará os responsáveis pela condição dos trabalhos nas conferências regionais. Paragrafo segundo; a comissão organizadora poderá adequar à programação conforme a

necessidade durante a realização da conferência regional com exceção do horário de encerramento do credenciamento. Parágrafo terceiro; as conferências regionais contarão com uma sala de soluções que tem por objetivo resolver os casos omissos nessa resolução. Artigo sexto; os delegados devidamente credenciados terão direito a voz e voto. Parágrafo um; na ausência do titular o suplente assumirá a titularidade. Artigo sétimo; o regimento interno das conferências regionais propõe no anexo dois dessa resolução, será colocada em consulta pública aos conselhos municipais de assistência social de Minas para apreciação, contribuição e aprovação prévia objetivando a otimização do tempo e ampliação do debate nessas conferências. Parágrafo primeiro; o regimento interno não será alvo de deliberação nas plenárias das conferências regionais. Parágrafo segundo; será entregue o resultado das consultas nas conferências regionais. Artigo oitavo; considerando o disposto na resolução do CEAS número 655 / 2019 os municípios que realizaram as conferências municipais de assistência social poderão participar das conferências regionais que ocorrerão no período de 26 de setembro a 31 de outubro. Aí apresenta um quadro com duas colunas uma com município sede e outra cm regional agrupada. Município SEDESE Araçuaí regionais agrupadas, Almenara Araçuaí, Teófilo Otoni. Belo Horizonte, região metropolitana e São João Del Rei, Curvelo município sede regional agrupada Curvelo e Diamantina, Divinópolis / Passos, Governador Valadares, só ela, Juiz de Fora / Muriaé, Montes Claros/ Salinas, Paracatu / Patos de Minas, Timóteo sozinho, Uberaba; Uberaba, Ituiutaba, Uberlândia, Varginha/Poços de Caldas. Artigo nono; Primeiro são convidados das conferências com direito a voz, gestores dos municípios que compõe a região da conferência regional. Dois. Presidente e vice-presidente do CMAS do município sede da conferência regional. Três; coordenador e presidente das URCMAS, quatro; representantes de organizações e fórum dos trabalhadores, de usuários e das entidades da região. Parágrafo um; consideram-se também convidados alunos, professores, pesquisadores, e outros interessados na política de assistência social com autorização dos representantes da comissão organizadora presentes na conferência regional. VOZES. Artigo décimo; serão apoiadores das conferências regionais com função de esclarecimento e apoio na organização dessas; Parágrafo décimo primeiro: SEDESE, central e Regional. Dois; coordenador e expositor da mesa temática. Três; conselheiros estaduais, quatro; servidores da secretária executiva do CEAS. Parágrafo um; os apoiadores dos incisos acima poderão compor a mesa de apoio. Artigo onze; O almoço dos delegados representantes da sociedade civil estará garantido nas conferências regionais. Parágrafo um; Os delegados representantes governamentais nas conferências regionais será de responsabilidade de seu município de origem. Artigo doze; as despesas de hospedagem e transportes de todos participantes será de responsabilidade de seus municípios, de cada delegado. Artigo treze; o interprete de libras nas conferências regionais está condicionado na presença do delegado surdo inscrito previamente tendo a menção dessa necessidade na ficha de inscrição. Capítulo três; disposições gerais; Artigo quatorze; A idade mínima para participação nas conferências regionais de assistência social é de dezesseis anos. Parágrafo um; os adolescentes de dezesseis a dezoito anos eleitos delegados para as conferências regionais acompanhado de um dos pais ou de um delegado responsável mediante a apresentação de instrumento legal. Artigo quinze; outras normativas referentes a décima terceira conferência estadual serão emitidas oportunamente. Artigo dezesseis os casos omissos serão apresentados discutidos e apresentado pela comissão organizadora da décima terceira conferência estadual. Artigo dezessete; essa resolução de vigor a partir da data de sua publicação. Aí Belo Horizonte, Rodrigo assina. Entra o anexo, vocês querem que leia todos os anexos. Anexo um; relatório da conferência municipal. Primeiro; informações gerais sobre a conferência municipal de assistência social. Nome do município, aí vem sempre, na hora que coloca o item vem uma explicação a frente, agora vou ler direto também a informação, nome completo do município por extenso, UF unidade da federação que pertence o município, porte do município, porte definido com a política nacional pequeno um, pequeno dois, médio grande, metrópole. Só um comentário esses relatório é o mesmo da conferência passada com algumas adequações apenas nas propostas. Identificação da conferência, numero sequenciado da conferência considerando relevantes para registrar quantas conferências já foram realizadas no município. Data de início, indicar o dia do início da conferência sem considerar os momentos preparatórios. Data de término, indicar o dia de termino da conferência. Total de horas de realização, indicar o total de horas indicada para trabalhos

da conferencia, considerando os dias de sua realização, não considerar os momentos preparatório e não considerar os horários para o almoço durante a conferencia. Local de realização e endereço; indicar o local e endereço onde foi realizada a conferencia municipal. Numero total de participantes; registrar total de participantes presentes na conferencia independente do segmento considerando aqueles que participaram da sua realização e atividades (convidados, observadores e delegados) numero de convidados, registrar convidados (convidados, curiosos, políticos, palestrantes entre outros) numero de observadores; registrar os observadores, (estudantes entre outros) Aí vem um quadro com três colunas, uma coluna com o numero do item e depois os itens e tem uma coluna livre. Então tem coluna um nome do município para ele preencher, tudo isso que a gente falou aqui para ser preenchido no quadro, tá gente não vou repetir, item dois; quantitativo de delegados da conferencia municipal de assistência social por categoria, informar o quantitativo de delegados, participantes da conferencia municipal de assistência social, representantes de cada um dos segmentos definidos na LOAS. Aí tem outro quadro, no vertical só o total e na horizontal, duas colunas uma dividida em três e outra dividida em dois da seguinte forma; sociedade civil depois divide em usuários, trabalhadores e entidades para que seja colocado em baixo o total dessa participação de cada um deles, depois governamentais abaixo vem, órgão gestor da política de assistência social, e a outra coluna que está sendo subdivididas, outras políticas. Debaixo dessas duas coloca o total da participação. Inciso três; terceiro ponto; quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e realização da conferencia municipal de assistência social. Informar o quantitativo de pessoas na organização da conferencia do processo conferencial considerando as pessoas que se dedicaram a operacionalização dos eventos motivando organização preparação e realização da conferencia inclusive na relatoria. Aí tem outro quadro, primeira coluna o quantitativo, segunda coluna a caracterização desse quantitativo, então colocar do conselho, conselheiros e profissionais vinculados ao conselho, a outra linha, órgão gestor da assistência social (gestor, profissionais vinculados ao órgão gestor) na outra linha prestador de serviço (empresa, profissionais contratados especialmente para essa finalidade, outra linha, sociedade civil, associações, clubes, ONGs o OCIPS, etc. e na última linha, outros especificar. Item quatro; eventos de mobilização e preparação que antecederam a conferencia municipal de assistência social, indicar quantitativo de eventos mobilização e preparação como encontros preparatório, palestras, ou debates públicos, encontro com usuários e outras formas (especificar) que antecederam a conferencia municipal. Para tanto considerar, enquanto os preparatórios, conferencias, encontros, reuniões e debates preparatórios no território envolvendo todos os segmentos usando o tema conferencia. Palestras e ou debates públicos enquanto os informativos para subsidiar a participação na conferencia municipal. Encontros preparatórios com o usuários, encontro com os usuários no preparatório para a assistência social no contexto de atendimento dos serviços ou programas em espaço da rede socioassistencial de movimento sociais representante do usuários dentre outros visando o debate sobre o tema conferencia sobre tudo, direito socioassistenciais. Aí apresento um quadro duas colunas, primeira coluna quantitativo a outra tipo de eventos, que são esses falados e coloca cada um. Item cinco; quantidade de pessoas que participaram dos eventos de mobilização e preparação que antecederam a conferencia municipal de assistência social, indicar um total de participantes presentes nos eventos de mobilização e preparação, independente do segmento ao qual pertence. Em outro quadro duas colunas; primeira tipos de eventos de mobilização e preparação e a sua quantos participantes. Tipo de Eventos; primeira linha encontros preparatórios para as conferencias, segunda palestras ou debates públicos, terceiro encontros preparatórios com usuários e outras formas, especificar. Item sexto; ato de convocação da conferencia municipal de assistência social, indicar qual a forma da convocação da conferencia municipal e quais os responsáveis pela convocação, esse ato conjunto entre CAMAS, prefeito, gestor de assistência social e o decreto do prefeito. Sétimo; programação da conferencia municipal de assistência social, registrar as atividades previstos e respectivos horários. Oitavo; registro dos resultados final da conferencia de assistência social, deve-se assegurar a função dos três eixos, conforme a resolução do CEAS numero 655 / 2019 deve-se construir uma proposta de deliberação para o estado em cada eixo debatido. O município tem autonomia de estabelecer os temas locais ou outros que julgar necessário. Eixo um; os desafios para a consolidação do SUAS frente aos impactos da crise financeira da União, estados e municípios a

emenda constitucional 95, a proposta de reforma providenciária e a reforma trabalhista. Aí apresenta um pequeno quadro, o número de propostas e na outra coluna a prioridade do estado. Eixo dois; a rede de proteção social com o SUAS e a relação com os órgãos de garantia de direitos, da mesma forma esse quadrinho com essas mesmas colunas uma proposta com a prioridade para o estado. Eixo três; Democracia participativa controle social e protagonismo e usuário do SUAS nada sobre nós sem nós, aí vem prioridades para o estado também uma única proposta. Depois vem, avaliação das conferências municipais processo avaliativo, registrar o processo de avaliação com seus momentos e instrumentos utilizados. Ficha de avaliação; o processo avaliativo envolve avaliação dos participantes, vem uma coluna com duas linhas e duas colunas, a primeira coluna total de ficha de avaliação preenchida pelos participantes aí na frente para colocar o número e o total de as fichas de avaliação preenchidas pelos conselheiros também vem na outra coluna esse quantitativo. Avaliação pelos participantes; Os participantes da conferência municipal de assistência social devem fazer avaliação quanto a..... 3.07.04. Organização da conferência municipal, registro do consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes contendo quantitativo de avaliações em cada um dos itens de organização da conferência, considerando as considerações; ótimo. Muito bom, regular e ruim. Os participantes devem avaliar os seguintes itens referentes à organização da conferência municipal, mobilização e preparação, atividades previamente realizadas para obter uma participação maior, mais representativa e qualificada na conferência municipal. Local, estrutura espaço física e logística da organização da conferência municipal de assistência social, acessibilidade adequação de espaço físico, tecnologia assistidas, interprete de libras equipe de apoio e demais condições para participação da pessoa com deficiência. Programação; Atividades e horários previstos para a conferência municipal. Participação, movimento ativo dos delegados e demais presentes nas atividades realizadas debates e na tomada de decisões na conferência municipal. Vem o quadro com esses itens que eu mencionei da mobilização, local, acessibilidade com colunas desse ótimo, muito bom, regular e ruim, péssimo para ser marcado o que achou de cada item desse. B; conhecimentos agregados a partir da participação da conferência municipal de assistência social. Registro consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes referentes a reflexão sobre os conhecimentos agregados à partir da participação na conferência municipal, no que diz respeito ao tema. Para essa avaliação deve constar o quantitativo de participantes que avaliou cada um desses itens. E aí apresenta duas linhas ampliação de conhecimento sobre o tema e depois ampliação de conhecimentos sobre os eixos referência, na frente apresenta um quadro, ótimo, muito bom, regular, ruim, péssimo a ser marcado em cada um desses itens. Regimento interno para as conferências regionais. Artigo primeiro; VOZES E RISOS. MÁRCIO CALDEIRA; vou ler parou aonde. Anexo dois; Artigo um; conferência regional de assistência social normatizada pela resolução CEAS 655/2019 ocorrerá conforme estabelecido neste regimento interno. Capítulo um; mesa temática Artigo dois; alterar o caráter analítico das deliberações das conferências regionais de 2017. Parágrafo um; participam da mesa temática para debates, usuários delegados ou delegadas e convidados com direito a voto. Artigo terceiro; a apresentação e discursão das propostas oriundas das conferências municipais relativa ao eixo três e Democracia participativa controle social e protagonismo do usuário no SUAS nada sobre nós sem nós serão da seguinte forma. Um 3.10.37 até 3.10.56 sem áudio Ok. Inciso primeiro do artigo terceiro; apresentação das propostas dos integrantes da mesa temática designados. Inciso segundo os delegados e convidados poderão fazer inscrição para debate e intervenção oral por escrito com o objetivo de linha A, apresentar destaques, B, apresentar proposta de junção ou de nova redação se for necessário. C, encaminhar perguntas. D, apresentar questões de ordem. Inciso terceiro; cada intervenção oral terá no máximo dois minutos. Inciso quarto; apresentar uma defesa a favor e uma contrária quando solicitado por qualquer participante, obedecendo ao tempo máximo de dois minutos para cada intervenção. Inciso cinco; as propostas serão discutidas e deliberadas da seguinte forma; A aprovação, B rejeição. Inciso sexto; serão consideradas aprovadas as propostas debatidas e deliberadas por maioria simples. Parágrafo único; propostas novas não serão admitidas. Artigo quarto; as propostas de moções deverão ser encaminhadas apenas na área final para deliberação. Capítulo segundo; do processo de escolhas dos ou das delegadas à décima terceira conferência estadual de assistência social. Artigo quinto; o processo de escolha dos ou das delegadas da décima terceira conferência estadual de a

assistência social dar-se-á conforme o disposto na resolução CEAS numero tal. Artigo sexto; a conferencia regional deverá eleger dentro os seus participantes os ou as delegadas para a décima terceira conferencia estadual de assistência social organizando-se por segmento e locais indicados pela comissão organizadora ou alguém indicada por ela. Paragrafo primeiro; os locais onde os segmentos se reunirão serão identificados conforme a seguir. Inciso um; representações governamental, Inciso dois; entidades de assistência social, inciso três; usuários, Inciso quatro; trabalhadores da área de assistência social. Paragrafo segundo; nos grupos de segmento quando se aplicar será dividido por regional. Paragrafo terceiro; quando definir o processo de escolha de cada segmento dos coordenadores previamente indicados pela comissão organizadora ou alguém indicado por ela. Paragrafo quarto; os delegados que quiserem se candidatar a vaga de delegados para a conferência estadual de assistência social, poderão fazê-lo no segmento que representam mediante apresentação e justificativa do motivo da candidatura para todos os presentes em no máximo dois minutos. Paragrafo quinto; os candidatos mais votados serão os titulares seguidos dos suplentes para os demais na mesma votação. Paragrafo sexto; caso de empate nova votação deverá ser realizada e assim até o preenchimento de todas as vagas de titulares e suplentes. Capítulo três; da plenária final, a plenária final de assistência social é constituída de delegado e convidados. Paragrafo primeiro; Terão direito a voz e a voto os delegados devidamente credenciados à conferencia regional de assistência social e que esteja de posse do crachá de identificação. Paragrafo segundo; aos demais participantes da conferencia regional de assistência social será garantido direito à voz. Paragrafo terceiro; cada intervenção oral deverá ser de no máximo dois minutos. Artigo oitavo; a plenária final deliberará sobre as moções apresentadas e validará os delegados eleitos para a décima terceira conferencia estadual de assistência social. Paragrafo primeiro; as moções serão lidas e colocadas para votação sendo aprovada por maioria simples dos presentes. Paragrafo segundo; os nomes de seus delegados eleitos e suplentes serão lidos após as deliberações das moções. Artigo nono; a plenária final contará com uma mesa de apoio. Capítulo quarto; das disposições gerais. Artigo dez; as moções a serem submetidas à plenária final deverão ser assinadas no mínimo por dez por cento dos participantes credenciados na conferencia regional. Artigo onze; assegurar-se-á ao questionamento a mesa composta para condução dos trabalhos pela ordem, no caso que esse regimento não esteja sendo cumprido. Paragrafo primeiro; as questões de ordem precederam as demais. Paragrafo segundo; quando a plenária estiver em regime de votação não poderão ser levantadas as questões de qualquer natureza. Artigo décimo segundo; os casos omissos nesse regimento serão resolvidos pelos representantes da comissão organizadora presente na conferencia regional. ARLETE; nós temos alguns destaques, a primeira é a Ivone. Essa proposta de resolução foi encaminhada para todos os conselheiros, embora não se tenha retorno de nenhum. Só para lembrar a título de registro. Ivone você é o primeiro destaque. IVONE-COGEMAS; eu também sou da comissão, participei, e também o que veio na proposta da resolução é que o regimento não seria matéria de aprovação na conferencia regional, só para reforçar que ele seria aprovado por consultas públicas. A relação de destaque no artigo terceiro é referente à metodologia da conferencia, porque a conferencia está trazendo uma metodologia de que só um eixo vai ser discutido na conferencia regional, que é o eixo da participação social, mas sou contra também porque acho que o eixo é de fundamental importância no momento de restrição e até no momento que a sociedade civil é que está colocando uma conferencia livre né em nível do estado e também nacional, desculpa, e também de entender que o governo que nós estamos vivendo, o governo federal ele está tirando essa possibilidade de controle social de participação social ele está numa visão muito mais de uma democracia mais representativa lá do que a democracia participativa que são os conselhos o controle social as comissões os fóruns, então acho que é fundamental sim esses destaques a esse eixo. Eu só queria trazer para a gente avaliar da possibilidade da gente dar mais na metodologia incluir pelo menos mais um eixo, que é o eixo um, que um eixo que vai tratar do financiamento. Porque também é um eixo que está muito forte no momento atual, com as reformas com a emenda constitucional 95, com a reforma da previdência em especial que acho que na metodologia dá de a gente fazer a inclusão também desse eixo, para que as conferencias regionais também participem dessa discussão social e venha mais organizada nessa discussão do financiamento. É lógica participação social sem financiamento quase que impossível

you não vai ter nem no sistema se não tiver financiamento, nem sistema vai ter nem serviços. Então eu estava assim, na comissão eu coloquei também nesse sentido da gente pensar essa metodologia que a gente possa incluir esse eixo, já que não dá para incluir todos os eixos, pelo menos mais esse, priorizar esse, fizesse um trabalho de grupo simultâneo, o grupo que vai discutir o eixo três dividir o grupo que vai discutir mais o eixo dois trazendo também três propostas da regional com relação a esse eixo. Mas estou aberta aí a discursão, também. ARLETE; obrigada Ivone. CONSOLAÇÃO; a gente escreve depois. FRANCIELLY-UFMT DE BH; Então eu queria pedir destaque em relação ao paragrafo segundo. Eu como trabalhadora não posso deixar de pensar nos trabalhadores da secretária executiva do CEAS. Está dizendo que as deliberações da conferências regionais serão registradas e compiladas pela secretária executiva, a gente sabe que o cenário da secretária executiva hoje não é o mesmo da outra conferencia a equipe está reduzida e aí eu queria que agente verificasse isso se é possível esse trabalho tão moroso aí para a secretária executiva e pensar em alternativas talvez junto com eles de um suporte talvez da SEDESE eu não sei, estou tentando aqui construir aqui junto com vocês. ARLETE; obrigada Fran. CONSOLAÇÃO; Eu queria falar um pouco com relação a que a Ivone colocou e trazer um pouco da discursão por que ela trouxe assim mesmo sugestão para a comissão organizadora ontem. E aí só para que todo mundo tenha ciência e só lembrando né porque ciência os conselheiros têm porque a gente falou isso na plenária passada, da questão da organização das conferências. Primeiros nós estamos tendo aí, foi liberado um aumento de participação e com esse aumento a gente já tinha colocado a importância de fazer essa junção à gente sabe da falta de recursos, estamos trabalhando com recursos bem menores, né estamos fazendo todo exercício dentro do recurso proposto para a conferência, até a comissão de orçamento tratou isso ontem né, nós temos quatrocentos e cinquenta mil reais para tudo e a gente está fazendo vários estudos para essa participação. Então para as regionais a gente pensou que não poderia destinar mais do que cem mil reais na organização dessa conferência. E por isso também falado na plenária passada nós não iríamos alugar espaço, nós estamos solicitando às regionais que consigam espaços cedidos tá, e o espaço cedido não tem nem a logística de distribuição de grupo eles estão sendo, nós tivemos ontem a presença da SEDESE aqui e o espaço que está sendo colocado na maioria, recebi até dois e-mails de Juiz de Fora, Governador Valadares eles estão conseguindo espaço de auditório, é espaço cedido para a gente fazer a conferência. Então a gente tem de pensar nessa metodologia então a gente até escolheu os eixos, que a gente não parou para falar sobre metodologia, então a gente está levando umas aprovações para agência necessária, mas então, diante dessa logística a gente não tem condição de dividir em grupo. Segundo teoricamente, só um minutinho, por favor, a gente citou dos municípios realizarem a conferência, nós temos aí oitocentos e cinquenta e três propostas de eixo. A compilação disso vai ser também né, não existe uma contratação de relatoria como a gente é, e vai ser de mutirão de conselheiros, secretária executiva, SEDESE para que a gente possa fechar esse documento que vai ser apresentado tanto na estadual quanto na regional. Só a isso ainda, o fato de que a conferência regional ela é deliberativa, e se ela é deliberativa pressupõe-se que o que for deliberado na regional a gente não vai submeter a uma nova deliberação. Então a gente tem também de pensar nisso. E foi falada desde a primeira reunião da comissão organizadora, a gente estava falando de trazer um eixo, porque esse eixo do controle foi defendido para ser trazido como tema de discursão nas conferências regionais, por que eles guardam relação direta com a conferência anterior inclusive com a questão dos fóruns, a criação das URCMAS. Então a gente faria uma avaliação disso e teria aí esse tema do controle. Ainda foi discutido ontem de que uma coisa é trazer proposta as outras coisas a gente ter na mesa temática a fala do conselheiro ele trazer os três eixos então ele vai falar dos três eixos inclusive de uma forma preparatória para que na conferência estadual, aqueles delegados já tenham familiarizado um pouco com essa discursão que o conselho está trazendo. Então ficou decidido e está aqui na resolução, essa temática vai ser falado dos três. Só na hora dessa deliberação é que seria, essa discursão das deliberações do eixo controle social, é isso, porque ele vai ser deliberado nas regionais e vai ser apresentado na estadual, mas a gente não vai votar novamente sobre esses eixos. E a importância do eixo também né, que a Ivone tratou todos eles são importantes, é que na estadual a gente conseguisse tratar esse tema inclusive de outra forma, que já tinha sido discutido aqui a primeira vez quando foi proposto de uma forma mais aprofundada para que a gente

pudesse, e a gente tem em verdade na conferência regional é um dia, então se a gente pegar o horário do credenciamento com algum atraso, não dá para a gente fazer mais que um eixo. Então foram essas as discursões que tiveram, então eu peço os conselheiros e as pessoas da comissão que estiverem presentes, se eles quiserem completar né, foi tudo que eu lembrei que a gente tratou sobre esse assunto para facilitar aí essa discursão. Obrigada. ARLETE; Obrigada Consolação, Luanda. LUANDA-FET SUAS; Na verdade eu queria um esclarecimento sobre o porquê da escolha do eixo três, especificamente do tema, e aí eu fico pensando que uma questão maior que está sendo colocada, é uma questão de logística mesmo né. É o motivo da gente não conseguir discutir os três eixos na conferência regional. Ah tá a questão de ser um dia só. Se a gente tivesse a logística, o espaço a gente teria, porque seria dividido em grupos né, aí o tempo seria simultâneo. Então nosso principal problema é com logística e que tem a ver com o financiamento da conferência. Eu queria até, não sei se agente conversa disso agora Juanita, ou, ou, é questão do financiamento mesmo, de uma proposta que a gente teve da sociedade civil JUANITA; ela disse na pauta do orçamento. LUANDA; na pauta do orçamento, então tá. ARLETE; Martha. MARTHA-SEDESE; É Luanda queria só completar eu não vim à reunião ontem, mas participei da reunião da comissão de organização, a questão não é só logística nem de tempo. A eleição deste tema e porque ele tem, guarda uma relação com as deliberações da conferência em 2017 para gente resgatar o papel das URCMAS né, grande temática de 2017, organização nacional dos conselhos municipais, toda organização porque a gente precisa voltar nessa temática, fazer um grande balanço ver o que a gente pode avançar, e esse eixo é o que fazia toda a relação com isso, e porque a comissão também entendeu que é um eixo muito importante para a gente discutir nas bases regionais, naqueles territórios, para que aja um defesa do SUAS neste momento também, né. Então a gente avaliou que o tema é pertinente. A gente voltar a discursão do usuário, dos conselhos, dos trabalhadores em defesa do SUAS também, e que é um eixo que daria conta de fazer todo esse link, todo esse alinhavo, para a gente chegar no que é o objetivo da conferência. Também a gente avaliou isso. Só para completar. ARLETE; como não tem mais pessoas inscritas a tá Ivone, desculpa. IVONE-COGEMAS; Eu só queria fazer uma ressalva. Eu concordo plenamente que a conferência regional ela é deliberativa, mas ela é deliberativa em matéria que não vai para regional daquilo que é deliberado para a regional, não para a estadual. Também pode delibera proposta estadual, ela delibera para a regional que não é matéria na estadual e delibera para a estadual, ela pode deliberar proposta, a regional para a estadual só nesse sentido, ou eu estou enganada. MARTHA; mas assim a metodologia que a gente construiu constituição das regionais em caráter deliberativo, porque as deliberações das conferências municipais para estadual vão vir todas compiladas no relatório, as propostas e aí a conferência estadual vai analisar essas propostas e também pode propor nova é isso, As regionais, a deliberação encerra naquele processo e não precisa vir de novo para a estadual. Então o que as conferências municipais propuserem para o âmbito estadual vão ser tratadas na conferência estadual em outro relatório em outro compilado que a gente já faz também com relação às propostas vêm das conferências municipais, porque elas vão fazer preposições para o município e para o estado. É acho que esse ano não está com proposta para a União não é isso, porque a gente está com uma conferência livre, não sei como vai ser se está com uma orientação nova em relação a essa metodologia de como é que Minas vai levar alguma conferência para a nacional, acho que depois vamos ter de discutir. Então a metodologia era essa que a gente vem usando, só para a gente lembrar, tá. ARLETE; nós vamos encerrar agora na fala da Ivone e da Sandra e vamos caminhar para aprovação ou não da proposta. IVONE; então pelo meu entendimento nós não esgotaríamos o eixo três nas regionais pela fala da coisa, então ele não vai para a estadual o eixo três. A outra coisa que eu, mais questão de ordem, então as propostas dos municípios não vão ao eixo três para a estadual, vai ser finalizada nas regionais, pela fala, se é nessa metodologia né. Se for nessa visão aí que as deliberações das regionais não são matérias mais na estadual. Outra questão que eu queria falar só para eu lembrar, porque os municípios vão discutir o eixo um, e o dois, vão chegar às regionais eles vão sentir um impacto, não vai ser matéria para as discursões nas regionais o eixo dois e o um. Isso pode criar também, isso eu estou colocando, um momento também de insegurança dos municípios que estão chegando lá na regional, só quero trazer mais esse elemento também. VOZES. ARLETE; tem pessoas aqui pedindo para acelerar em função

do horário. HELDER; eu acho que precisa dar uma pausa, porque as pessoas estão cansadas. ARLETE; então vamos ouvir a Sandra a Consolação eu sugiro se for de acordo a gente vai almoçar e retorna CONSOLOÇÃO; A gente termina esse assunto, para não perder a discursão. PATRICIA; A gente almoça e depois continua. ARLETE; pois é a gente almoça e retorna. E uma questão de encaminhamento parece que as pessoas estão querendo falar e se a gente vai aprovar, a gente precisa ter minimamente mais da metade entendida que essa é a proposta ou que a gente faça as mudanças das propostas, mas a gente precisa ouvir as pessoas, porque isso vai dizer de como se dará os trabalhos nos municípios e consequentemente na regional, VOZES, pois é Sandra. SANDRA-CMAS MONTES; Então na verdade agora eu fiquei com a fala da Ivone, eu fiquei até me questionando aqui e as falas que antecederam da Martha por exemplo. Olha só, nós somos, são onze conferências regionais, aí as propostas do tema das conferências regionais serão discutidos lá elas não vêm para a conferência estadual. Gente são onze, esses temas, essas propostas elas não vão coincidir não? Como é que é isso? Acho que a metodologia está meio complicada. E a questão dos outros dois eixos eles serão discutidos realmente nas conferências municipais aí a gente vai dar um corte na conferência regional, aí esses dois temas vêm na conferência estadual. Eu não sei a metodologia está meio complicada. Eu só quero entender porque como a gente vai coordenando processo conferencial municipal e regional a gente vai contribuir, a gente tem de entender isso aqui, e para mim deu um nó mesmo, viu. ARLETE; ENTÃO OBRIGADA Sandra a Consolação vai pegar a fala nós iremos para o almoço e voltaremos daqui à uma hora a partir da nossa saída daqui. CONSOLAÇÃO; Na conferencia de 2017, nós levamos todas as deliberações municipais, direto para a estadual, a gente não discutiu nenhum, nenhum item municipal na regional e nós fizemos uma conferência regional para instituição de fóruns e URCMAS foi só isso. E nós não discutimos, nós apresentamos o painel como isso que está sendo proposta, a mesa temática, fale sobre todos os temas e é isso que está sendo proposta aqui na reunião da comissão, a mesa temática vai falar sobre os temas, agora as deliberações a gente levou direto para a estadual. Estou falando isso porque não esse quebra, porque ninguém ficou né perdido porque teve inclusive a preparação da mesa temática que falou sobre os temas. E no meu entendimento nós estamos avançando, nós estamos trazendo um dos eixos que veio do município privilegiando uma participação maior né, que está tendo, para que eles possam estar tendo essa deliberação nas regionais com um numero maior de pessoas entendeu. Porque se não, se fosse ao mesmo modelo inclusive que utilizamos, a gente poderia estar levando para a regional um quarto tema, como foi na conferência de 2017. Então não é isso que impede, que atrapalha a questão dessa discursão. ARLETE; então agora vamos para o almoço, são 13horas e sete minutos e as 14horas e 7 minutos estaremos de volta. Obrigada

PARTE DA TARDE

ARLETE; Então, vamos retomar as nossas atividades gente, conselheiros e conselheiras retomando nossas atividades nós encerramos a parte da manhã com a fala da Consolação explicando o porquê do trabalho com o eixo três, então nós estamos retomando VOZES, e nós temos outros destaques e você também está se inscrevendo Patrícia no eixo três continuidade, então tá vamos ouvir a Patrícia por favor. PATRÍCIA-CMAS NOVA LIMA; Apesar de que eu participei na penúltima reunião da conferência, na última ontem não pude participar, alguns contratempos, aí pensando um pouco sobre a programação da conferencia a gente chegou a uma proposta. Bom, primeiro quero pegar um gancho na fala da Consolação que em 2017 foi feito sem discutir nenhum eixo né, eu participei da conferencia regional 2015 e 2017e assim a minha avaliação pessoal mesmo, a de 2017 ela foi muito ruim por não ter nenhum eixo discutido, na parte da tarde senti um vazio assim né, mas digamos assim que é perdoado porque foi a instituição das URCMAS Fóruns tinha um proposito né, e nessa conferencia de agora é difícil a gente ficar pensando assim um proposito que vá além da questão orçamentária, porque assim se a gente tivesse recursos para poder fazermos três eixos nós faríamos, esse é meu entendimento. E na de 2015 foi muito proveitoso à gente discutir os eixos, só que com essa dificuldade de ter local que comporte três salas para poder discutir os eixos, eu dei uma olhada na programação, aí eu percebi na abertura está um hora prevista, mesa temática que vai fazer apresentação dos três eixos uma hora também, meia hora para o debate, de 10:30 horas até às 12:30 horas, duas horas

para discussão do eixo três, aí as 13:30 horas continua a discussão do eixo três, mais duas horas, então pensando que para apresentação que a discussão para o eixo três está sendo previsto quase quatro horas, a proposta é que pela manhã de 10:30 às 12:30 seja discutido o eixo um conforme discutido pela Ivone e de 13:30 às 15:30 seja discutido o eixo três, aí reduz pela metade o tempo para discussão do eixo, mas penso que viável, pensando nas experiências das conferências municipais que geralmente a gente faz a apresentação com a mesa temática apresentação dos eixos pela manhã e a tarde dá geralmente umas duas horas para a gente discutir os eixos propriamente ditos. Então não é o ideal, mas eu acho que é importante sim a gente discutir o tema de financiamento porque é o que está pegando para os municípios, né. E apesar de que o eixo três é importantíssimo guarda uma correlação com a conferência passada, a gente pode correr o risco que os gestores não participem que eles visualizem que na conferência de 2017 já discutiu sobre isso, já foi voltado mais para a sociedade civil, já foi instituição de URCMAS e tal, é democracia participativa, controle social e que eles não se sintam motivados para participar da conferência regional é porque eles vão ter que pagar o almoço, o pedágio o transporte aí eu temo o esvaziamento por parte do segmento governo, então por isso fosse essa proposta de duas horas ou então tentar diminuir a mesa de abertura que ninguém está aguentando mais essas mesas longas né, não sei se é possível também diminuir o tempo para tiragem de delegado, está previsto duas horas de repente diminuir um pouco, criar uma metodologia para esse processo de escolha que foi uma coisa que eu senti falta na conferência de 2015 enquanto segmento trabalhador, a gente ficou um tempão lá tentando conseguir uma forma de escolher que iria da regional para a estadual e então da para enxugar um pouco a programação para contemplar os dois eixos. VOZES. MARTHA; Patrícia eu só queria entender, discutir o tema implica em deliberação. Implicando deliberação, se a conferência regional é deliberativa, como vamos trabalhar todos os três eixos, sendo que as conferências municipais todas também vão fazer propostas de liberação para a Estadual. Isso que queria entender como a gente vai equacionar isso. Porque se ela é deliberativa as propostas regionais vão direto para estadual, não submete a plenária estadual porque ela já foi decidida lá, como nós vamos voltar com esses eixos. Aí eu achei confusa a proposta porque a gente volta e não tem mais as conferências municipais. E aí nós vamos ter deliberação das conferências municipais para a estadual? Onde tem deliberação a regional vai construir sobre o mesmo tema. Aí todos os temas eu acho perigoso a gente sobrepor eu acho que o temário de Democracia participativa, as vezes retomar uma coisa mais regional mesmo, discutir a região que a gente discutiu na de 2015 a lógica da regionalização a proposição para as regionais, as regiões, o que caracteriza as diferentes regiões do estado as suas adversidades eu até entendo, mas repetir temas que foram debates em conferência municipal deliberados para a estadual e gente delibe na regional, você entendeu o que estou falando, ou estou confusa. PATRÍCIA; a minha sugestão é mesma utilizada em 2015 em que houve sim essa repetição né, eram os mesmos temas eram não? MARTHA; não em 2015 nós discutimos a regionalização da proteção social especial. PATRÍCIA; que eu me recordo era o mesmo tema, tinha uma proposta de redução do imposto de renda igual a do fundo da criança e adolescente, que a gente ficou até chateada que a proposta do município não tinha ido para a regional e aí foi uma confusão para a gente conseguir aprovar aquela dentro daí tinha um caderninho com todas as propostas, enfim. MARTHA; Em 2015 nós discutimos especialmente a regionalização da proteção social especial, sim, mas nós discutimos a regionalização, era um tema novo para o estado. PATRÍCIA; Mas não discutiu só a regionalização não, é tem de dar uma lembrança. MARTHA; é foi. ARLETE; pronto Martha, então agora é Juanita. JUANITA-FEDERAÇÃO DAS APAES; Eu acho que a Patrícia apresentou uma proposta alternativa, sem mexer na estrutura organizacional da conferência, nós iríamos diminuir, pelo que entendi Patrícia o tempo de discussão do eixo três, nós iríamos colocar mais um eixo um, ou seja, num determinado horário não precisaria de outra sala para discutir o eixo um, depois posteriormente discutia o eixo três, num é isso. O eixo dois viria direto dos municípios para a estadual e considerando essa questão do financiamento e também a fala da Martha, é completamente possível a gente levar para a conferência regional essa amplitude da questão do financiamento, até porque se nas conferências anteriores a gente aprovou a regionalização, a regionalização tem custo para os municípios da mesma região, eles precisam aportar recursos nos seus orçamentos, para conseguir agilizar a regionalização, dentre outras perspectivas e

possibilidades, consorcio, então é possível no meu entendimento colocar essa meta com amplitude da discursão regional né, inclusive na hora que for pensar a regionalização com essa perspectiva do financiamento, considerando o problema..... que a gente está de pardo recurso e poucos de que forma que se materializa. Então eu acho que a proposta da Patrícia que é diminuir o tempo de discursão de um eixo para incluir outro, até para atender as demandas que aqui foram apresentadas eu penso que é possível. E nós temos outro problema que foi trazido pela Fran, que é a questão do consolidado pela secretária executiva. Porque se não me falha a memória e é real a secretária Executiva que acompanha todas as conferências regionais, né. Então essa outra questão que vi dar impacto. Isso toda vida foi assim, só que a secretária executiva teve o apoio da SEDESE, então eu penso que deve ser dessa forma novamente. Porque como a secretária executiva está em todas as conferencias regionais a SEDESE sempre apoiou com a concessão de funcionários na época da conferência. Então imagino que esse é um problema que acontece de novo, que vai acontecer a concessão. ARLETE; OK. Consolação. CONSOLAÇÃO; primeiro né eu vou falar que eu acho que a gente deveria que, tecnicamente no meu lugar né, ter apenas um eixo na conferência regional, a gente fala muito da questão da participação é o lugar que a gente vai ter muito mais participação tem setecentos delegados para discutir dois eixos, cada um fazendo destaque né e colocando, teoricamente teremos 1600 dividindo aí você tem 50 municípios, teria cem, tem lugar com duzentas propostas né para isso, se a gente for falar de novo a metodologia né e se é a metodologia que pressupõe uma participação eu não esgotaria o tempo discutindo as propostas que vieram do município né, eu falei a reeleição de um eixo, par que possa ter momento de debate, após a mesa temática que os municípios vão lá, eles querem falar, querem perguntar, então tem um momento efetivamente de debate e seguido dessa discursão. Segunda questão nós não temos condição de falar assim que nós vamos dar conta, porque aí envolve os conselheiros aqui, porque a gente sabe também do tempo reduzido que as pessoas têm para o trabalho, que a gente tem visto isso, mandando material e todo mundo está tendo dificuldade de contribuição né, o que dirá da gente fazer um esforço de compilado coletivo de propostas né a SEDSE, os conselheiros e a secretária executiva. Então compilar tudo isso com o tempo que a gente ficou que deu para os municípios encerrarem as conferencias municipais inclusive a inserção de sistema já se torna também outro fator de risco de não conseguir fazer o consolidado das primeiras regionais principalmente. Ainda é de consolidar mesmo porque eles podem inserir nos últimos dias. Gente fazer esses consolidados tem outras dificuldades, ainda né no dia para a gente fazer uma coisa que a Fran perguntou, você tem um eixo e você volta com as trinta e três propostas e elas terminam quase que encima da estadual, porque a gente está tentando fazer a estadual na primeira quinzena de novembro, estamos só vendo questão de datas então se a gente pensar que tem de voltar as última regional que é trinta de outubro e fazer esse consolidado também, fora as outras questões, difícil né, uma coisa é eu ter um eixo a outra coisa é eu ter os dois para compilar. Então tenho problema de ordem organizacional mesmos de logísticas de recursos humanos e tem o que eu acho que talvez seja o primeiro, que a gente sempre discutiu aqui foi a participação. Eu acho que com um numero maior de delgado nas regionais, esse então me preocupa muito porque a gente talvez não chegue nem no final do primeiro eixo. ARLETE; MARTHA; eu acho que a gente podia reler viu o artigo terceiro, porque agora eu lembro com muita calma, acho que a Ivone tem razão com uma certa confusão que vai fazer na cabeça das pessoas. Então, as conferencias regionais têm por objetivo avaliar as deliberações da conferencia de 2017, aí olha só realmente da uma confusão, discutir as deliberações oriundas das conferencias municipais de cada regional relativas ao eixo. 3. Encaminhar três propostas para a conferência estadual. 4. Eleger os delegados. Então olha só ele tem razão, se nós, na conferência estadual discutirmos deliberações da conferência municipal vai ficar complicado porque na estadual o eixo 3 também vai ser discutidos as deliberações das conferencias municipais, entendeu o que ela falou, aí ela tem razão Consolação, se na regional nós vamos discutir deliberação de conferência municipal aí nós vamos deliberar lá e levar para a estadual então a estadual não vai discutir o eixo três, é do jeito que está escrito ali, pois é VOZES, eu sei gente, entendi. Eu estou dizendo que vai dar nó na cabeça das pessoas, é isso que ela disse e o que está escrito ali. Então é isso. Se nós vamos discutir se nós vamos deliberar as conferencias municipais, então é uma pré-estadual em que ela delibera se eixo não volta, entenderam

com clareza então nós vamos discutir isso na estadual. Eu estou falando assim, se a gente for trabalhar outros eixos também como a Patrícia colocou, a gente teria que usar essa mesma metodologia então a gente ele imina discutindo na conferência estadual o eixo um, e a gente ficaria só com o eixo três entende? É o eixo dois, desculpa, é só para gente ter clareza porque se não é isso que nós queremos mesmo. Aí na conferência estadual vai discutir só um eixo mesmo. É isso que eu estou perguntando, se é isso que essa plenária quer e esse conselho quer. Eu acho que, embora eu seja da comissão organizadora, eu acho que a gente deveria tirar todas essas questões e dizer que nós vamos avaliar as deliberações da conferência de 2017 e fazer novas propostas, para a gente conseguir, porque o que a gente quer na verdade é avançar sobre a lógica da regionalização e a organização do controle social dos trabalhadores, dos fóruns dos trabalhadores, dos fóruns de entidades, das URCMAS, é isso que a gente quer, por isso que a gente relacionou dom o tema do três que é democracia participativa controle social com direito do usuário, foi por isso que a gente fez esse link. Então eu acho que a gente poderia tirar o eixo ou fazer um link com o eixo, mas dizer que o que a gente quer é avaliar, o que aconteceu com as URCMAS, com o fórum dos trabalhadores, com o fórum das regionais, com fórum de entidades regionais, então sabe, é definir melhor o tema e definir melhor o que nós queremos, porque se não vai ficar muito confuso mesmo e as pessoas vão ficar confusas ao lerem essa resolução essas orientações tá. ARLETE; então nós vamos ouvir a Luanda, depois a Ivone e aí gente nós realmente vamos ter de caminhar para uma decisão. Têm aí umas três propostas, da Patrícia, tem agora a de Martha, tem a da Ivone e tem a que já está registrada e nós precisamos tomar essa decisão, aqui hoje nos próximos minutos, Luanda. LUANDA-FET SUAS MG; é a gente, conversando aqui e começando entender um pouco da discursão, estou entendendo que a melhor alternativa seja a gente propor um quarto eixo, mas não um tema exclusivo a ser discutido na conferência regional e aí a gente tem uma discursão a ser discutido a partir do financiamento do SUAS, e aí a gente entre com um tema a ser discutido na conferência regional e a gente vai trazer para a conferência estadual as propostas vindas dos três eixos lá dos municípios. E aí é interessante que a gente tem até um momento como a Martha falou, momento dos fóruns também se reunirem e de reavaliarem como foi essa trajetória de 2017 até aqui, mas tendo como lema como eixo essa coisa dos desafios né e como tem sido as alternativas para enfrenta-lo é e acaba pegando o tema central do um e do três de alguma forma. Os desafios da participação social e do financiamento do SUAS em Minas. VOZES. IVONE-COGEMAS; Então, como eu falei, também estou aberta a construir novas propostas sem preocupar muito com a defesa de estar incluindo eixo. Eu também concordo com essa perspectiva depois da fala antes do almoço da Martha, de que a regional tivesse uma discursão sem linkar com os eixos, talvez. Eu tinha pensado na proposta do tema geral que é Assistência social direito do povo com financiamento público e participação social, que a gente traria, mas também concordo com a proposta, que como eu tinha de retirar essa construção de nova proposta seria nessa linha de onde que está o terceiro eixo a gente colocaria o tema geral da conferência que é Assistência social direito do povo com financiamento público e participação social e deixaria os outros tudo como está aí a gente fazia um link com essa fala da Martha, que é aproveita a regional para aproveitar os fóruns, as URCMAS como que está se dando essa articulação como pode ser feito em cada regional. Esse item três deliberar sobre três propostas aí não seria para encaminhar a décima terceira conferência estadual de Assistência social ou para se assumido pela regional eu não sei se ficariam as propostas para cada regional com relação a esse tema discutido que é o tema da participação e do financiamento se a regional tirava as propostas para sua regional ou se tirava a proposta para conferência estadual, aí estou em dúvida se seria para a estadual ou se é para a regional. ARLETE; Então, agora nós temos mais essa proposta gente, vamos caminhar né. VOZES. MÁRCIO CALDEIRA-ASPRM; Eu acho que só a proposta que foi apresentada e de acordo com a última conferência regional, acho que a gente está construindo uma linha de trabalho, descolando as conferências regionais especialmente de uma linha central da conferência, acho que dá ao conselho um pouco de autonomia para trabalhar a regional de forma mais singularizada. Acho que a gente está criando aqui uma metodologia para conferência que interessante para ser repassada, que na conferência passada, o tema da regional não foi o mesmo tema específico, o que está sendo desenhado aqui também não há uma vinculação direta, então a gente está potencializando a regional em outro lócus a gente

trabalhar a questão da assistência social mais específica, eu acho que é uma metodologia muito interessante que está sendo criada aqui e eu também apoio essa preposição que foi colocada nesse momento aqui. CONSOLAÇÃO; eu só queria perguntar Luanda e o restante permanece. Seria tirar três propostas de cada, é isso, é só substituir o tema e o restante, entendi. VOZES ARLETE; então, tem e temas né Desafio da participação social financiamento do SUAS VOZES é isso é verdade, VOZES então nós temos três propostas. Primeira; Democracia participativa controle social e protagonismo do usuário do SUAS, nada sobre nós sem nós. Segunda; Desafio da participação social e do financiamento do SUAS. Terceira; Assistência Social, direito do povo, com financiamento público e participação social. Então que vota na primeira, a primeira está em votação, sim VOZES quer que leia novamente, as três propostas estão em votação. A primeira; Democracia participativa controle social e protagonismo do usuário do SUAS, nada sobre nós, sem nós. Segunda; Desafios da participação social e do financiamento do SUAS. Terceira; Assistência social, direito do povo com financiamento público e participação social. LUANDA; questão de ordem aqui, eu estou vendo muita similaridade entre o tema dois e o três. Não estou vendo porque a gente ficar disputando, então se for por isso eu retiro a proposta dois e a gente, porque está falando a mesma coisa assim, só em palavras diferentes. ARLETE; então está tirando a proposta número dois, é isso Luanda? Então temos duas propostas agora para que a gente tome a decisão. Novamente proposta um; Democracia participativa controle social e protagonismo do Usuário do SUAS, nada sobre nós sem nós. Segunda proposta; Assistência social, direito do povo com financiamento público e participação social. Então está em votação VOZES. A metodologia continua a mesma. VOZES. MARTHA; não tem plenária, não tem trabalho de grupo, é um tema, todo mundo em plenária, entendeu Sandra, só isso. E aí o que vier de conferência municipal vai para lá. Não o que vier de conferência municipal, seria o tema, Assistência social direito do povo com financiamento público e participação social vai ser discutida na conferência regional e o eixo, agora não tem eixo né, vai para a conferência. E isso que a gente está aqui está confusa a metodologia. ARLETE; Essa foi à proposta gente. SANDRA-CMAS MONTES CLAROS; ou gente, eu acho que as coisas têm de ficar claro. Olha só porque na proposta primeira que a gente discutiu antes do almoço pegando o eixo lá Democracia participativa controle sócia, essa aí ficaria lá na regional para regional trabalhar, ela não viria para a conferência, para a conferência só os dois eixos, certo? Aí já está propondo outro, esse outro tema aí, se ela ganhar fica nessa mesma metodologia. Aí eu gostaria de fazer uma observação aqui. Só uma observação, Consolação, e se eu estiver errada que me desculpem, mas eu quero fazer uma reflexão aqui, olha só. O eixo que foi proposto para um primeiro momento ele tem haver com a organização da regional lá, na questão dos fóruns, né, quem discute financiamento não é a regional não, quem discute é município, estado e governo federal, financiamento passa por esfera aí, a regional pode discutir, mas ela não pode deliberar isso não, essa é minha preocupação. Nós vamos discutir financiamento lá e ela não vem pra a estadual não, como é que fica. CONSOLAÇÃO; gente vamos, por partes, espera aí, primeiro uma questão aqui. A proposta que está sendo colocada ela é o tema da conferência, só um minuto Ivone, depois você fala, ou se quiser falar, O tema que esta sendo proposto aqui é o tema da conferência estadual que é o tema da conferência nacional democrática esse e o tema nosso *Assistência Social, direito do povo, financiamento público com participação social*, então esse é o tema da conferência estadual, então ela está levando o tema, vamos falar bruto, par a conferencia regional é isso aqui que é a proposta e aí não existe deliberação municipal diretamente fracionada, porque esse tema aqui, geral ele é tratado por três eixos, entendeu, então ele não tem, esses três eixos os municípios trabalharam o tema geral em três eixos e tiraram propostas desses três só que essas propostas dos três eixos vão direto para a conferência estadual ele não passa mais pela regional. O tema geral, geral ele está sendo tratado nas conferências regionais e aí no debate pressupõe-se o indicativo de três propostas para o eixo geral. Se sair três propostas de cada regional trinta e três propostas elas são deliberadas, a conferência continua deliberativa e se é deliberativa haverá um informe na conferência estadual como foi da outra, a gente as regionais trabalharam e deliberaram sobre isso não passa por nova deliberação. Só para a gente entender de como a gente está fazendo aqui, OK. IVONE; Eu só acho que a Sandra tem razão, porque não colocou ali a proposta da Martha, que além dessa metodologia a gente faria uma avaliação dos fóruns, URCMAS, fórum dos trabalhadores aproveitava

para fazer a avaliação, VOZES, aonde, mas as deliberações, mas aí fechou sobre os fóruns, tá Ok, beleza. ARLETE; essa parte ficou esclarecida gente, então Soyla vamos te ouvir e vamos para a votação em seguida, tá gente. SOYLA-CMAS PARACATU; É só uma observação para vocês começarem a pensar, que a comissão de apoio e nessa estória toda que nada cabe, onde cabe a caravana do SUAS, só uma observação. ARLETE; então vamos deliberar né gente VOZES. Olha vamos fazer de novo a leitura das duas propostas e nós agora vamos para a votação, VOZES. Procede a comissão de apoio está trazendo aí uma fala aceca disto. Proposta número um; *Democracia participativa, controle social, protagonismo do usuário do SUAS, nada sobre nós sem nós*. Proposta dois; *Assistência social direito do povo, com financiamento público e participação social*. As duas estão em votação, quem vota na primeira, por favor, contrários, segundo, segundo opção, contrários, abstenção, a segunda proposta está aprovada, graças a Deus. PALMAS, parte da manhã ainda, Jesus. CONSOLAÇÃO; a gente tem que suprimir o paragrafo primeiro que a mesa temática abordará os eixos propostos, porque isso aqui é redundante então fica suprimido. As deliberações ficam registradas, isso permanece as trinta e três propostas, Ok, e aí né. ARLETE; a gente tem outros destaques, quais são? O sete é Isac né. VOZES. ISAC; gente boa tarde, meu destaque é no artigo sétimo é com relação do regimento interno, dele não passar pela votação na conferência regional eu sei que está tentando poupara tempo para questão da conferência, mas eu acho que a gente não pode tirar o direito dos delegados da conferência opinarem sobre o regimento interno da conferência, posso estar equivocado mais acho que é direito dos delegados participarem neste momento. ARLETE; obrigada Isac, mais alguém quer se pronunciar. Então está em votação. Quem concorda com o artigo sete do jeito que está ou quem concorda com a proposta do Isac. Está em votação. VOZES. CONSOLAÇÃO; vocês estão esclarecidos. VOZES. ISAC; o regimento interno está colocado que ele seja votado somente pelo CMAS antes da conferência, isso aí eu acho que a gente está tirando o direito dos delegados de votarem no regimento, eu me lembro do exemplo da conferência nacional passada, é que tentou fazer conosco na conferência lá, porque queria seciar o direto, a gente foi contra isso, eu acho que não cabe a nós tirar esse direito negado, não. Vai perder tempo, mas a gente vai tirar o direito dos delegados sobre o regimento. Porque mesmo que a gente coloque em consulta online para todos os delegados, que a gente teria esse contato deles, gente os usuários não acessam, então acho que deveria colocar dar ciência do regimento mais tem de ter um espaço para que aja manifestação sobre o regimento na conferência. CONSOLAÇÃO; gente nós temos aqui falando inclusive de questão de tempo de conferência inclusive nós vamos incluir, a própria caravana precisa de ter um tempo aí. Regimento interno, às vezes se a gente for compilar inclusive da memória a gente teve umas duas conferências que mudou alguma coisa, mas a discursão ela gasta amanhã inteira com o regimento e às vezes porque eles acham que lá está no lugar errado não é nas plenárias é das plenárias, assim se a gente coloca consulta pública, inclusive foi a professora Leonara trouxe isso para a gente para colocar em consulta, falar de conselho municipal, inclusive a comissão apoio, apoia os CMAS é a representação do controle social de todos os municípios porque conselho municipal, conforme ela disse, porque não vamos ter tempo de esperar os delegados serem eleitos e pedir para todos fazerem a consulta. Então não é a questão de estar passando por cima, é o tempo que a gente tem para organizar também essa questão e o conselho municipal é a representação do controle social que organiza as conferências municipais. MÁRCIO CALDEIRA-ASPROM; acredito que é uma tentativa de otimizar o processo, acho que a gente tem uma tranquilidade, eu estou muito tranquilo que eu me sinto muito pelo processo democrático, acho que os delegados são extremamente importantes e essenciais para qualquer processo conferencial, mas aqui nós estamos tratando de uma questão especificamente de logística de infraestrutura de recursos, etc. Acho que é uma metodologia inovadora que está sendo colocada, acho que é uma tentativa do CEAS de otimizar recursos com a possibilidade de agente ter mais tempo para a discursão das conferências, acho que nesse sentido, eu com muito pesar também de não permitir né, que acha uma discursão do regimento na conferência e comungo muito com essa proposta que está sendo apresentada aqui porque a gente está no momento muito impar neste com conselho com relação das nossas condições efetivas para realizar a conferência. MARTHA; eu entendi a ideia também passei pela experiência que pouquíssimas conferências regionais mudaram o regimento interno que o conselho fez porque era um regimento

muito enxuto mesmo, muito tranquilo de ser aprovado, mas a gente teve alguns questionamentos como se fosse muito engessamento do conselho estadual. Então eu revisaria o texto assim; o regimento interno das conferências regionais, proposto no anexo dois desta resolução, será submetido a consulta pública, divulgado pelos conselhos municipais e demais atores do sistema único de assistência social, para apreciação e contribuição objetivando a otimização do tempo e ampliação de debates nas conferências. Porque é um rito da gente ler o regimento interno e colocar sobre aprovação entendeu. Eles podem questionar, mas a gente tem como argumentar e fazer, o próprio conselho fazer a defesa do regimento interno dizendo que ele foi submetido a consulta pública e propor que não seja feita tantas emendas lá, que se aprove, não sei como será feita a condução da mesa, isso aí a gente vai ter que fazer um combinado aqui com os conselheiros, para a gente ir para as conferências regionais com muita clareza, além de tudo, porque a gente vai estar defendendo o nome do conselho, se a gente colocasse assim a gente estaria defendendo o que foi proposto de todo mundo poder contribuir previamente de ser democrático e tal, mas o que se quer com isso é otimizar o tempo e ampliar o debate. Agora necessariamente a aprovação previa em consulta pública eu não sei esse mecanismo, sabe assim, se a gente pode dizer que uma consulta pública é uma aprovação previa, entenderam. Por exemplo, um projeto de lei que é submetido a consulta pública, ele não é uma aprovação previa ele é no sentido de aprimoramento, ele não é votado pelo cidadão, se a Assembleia submete um TR a uma consulta pública ela volta a votação, o que o público contribuiu é considerado. Estou fazendo uma correlação para a gente também não adiantar muito os passos. ARLETE; Martha deixa ver se eu entendi. Nós temos uma proposta que o Isac coloca que a votação seja pelos delegados. Temos a proposta que já posta e temos a sua que seja levada a uma consulta pública, mas que de todo modo tem de ser levada para ser votada. MARTHA; a gente faz a defesa que já foi submetida à consulta pública, por respeito aos delegados, consulta se alguém quer colocar mais um aprimoramento, mas na experiência não vai haver modificação, entendeu, eu acho que não. Depois de todo mundo vê, pode participar, acho que não vai ter questionamento. Mesmo assim o conselho pode abrir, não assim. ARLETE; Martha, a tá você já colocou Rosa, Martha, por favor, contribua com a Rosa. CONSOLAÇÃO; tem de ficar muito claro viu gente à participação dos conselheiros nas conferências regionais porque quem vai segurar mesmo é o conselho estadual. Então eu espero que os conselheiros se preparem todos para essas conduções. VOZES. ARLETE; então vamos fazer uma leitura lembrando gente que VOZES. Artigo sete; o regimento interno das conferencias regionais proposto no anexo dois dessa resolução será submetido à consulta pública para apreciação e contribuição objetivando a otimização do tempo e ampliação dos debates nas conferencias regionais. Paragrafo primeiro, a consulta pública do regimento interno será divulgada pelo CEAS, CMAS e demais atores da política de assistência social. Paragrafo segundo; será entregue o resultado da consulta pública nas conferencias regionais. É isso gente? Estamos prontos para votar? VOZES. Ok Isac? CONSOLAÇÃO; não precisa a validação porque já fala que ele está cadê à redação dele, e tira o paragrafo primeiro ali.53.17

A GRAVAÇÃO ESTÁ SEM SOM, ANEXADO AS SÚMULAS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS;

PAUTA DE REUNIÃO - COMISSÃO DE APOIO 244ª Plenária Ordinária Data: 17/06/2019
Horário: 13:00 Local: CDH

Componentes – Participação				
Nome	Representação	Presença	Ausência	Justificativa
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG	X		
Arlete Alves de Almeida	Movimento do Graal no Brasil	X		
Cecília de Araújo Carvalho	Ass. Quilombola Porto Pontal			X
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de MG	X		

Marleide Marques Castro	Conselho Regional de Psicologia – CRP	X		
Sara de Souza Campos	Sec. Est. Saúde	X		
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS/Paracatu	X		
Irajá	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	X		

Secretaria Executiva – Técnico responsável: Paula.

PONTOS / CONTEÚDO RESUMIDO:

<p>Ponto 1</p> <p>Tema / assunto:</p> <p>a) ORIENTAÇÃO PARA OS CONSELHOS DE ASSISTENCIA SOCIAL – BARRAGENS DE MINERAÇÃO.</p> <p>b) CAPACITAÇÃO SOBRE CONTROLE SOCIAL EM AREA ATINGIDA POR BARRAGENS, inicialmente para os municípios de Brumadinho, Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Congonhas, Nova Lima, Ouro Preto, Itabirito, São Joaquim de Bicas e Itabira.</p>
<p>Encaminhamentos da reunião de maio:</p> <p>a) Revisada a Orientação para os Conselhos de Assistência Social – Barragens de Mineração. Indicativo apresentar a Plenária de junho.</p> <p>b) Retorno da SEDESE consultando sobre os recursos para capacitação a distância.</p> <p>Conforme anexo.</p> <p>c) Foi solicitada a SEDESE informações sobre as ações desenvolvidas para a tribo dos povos Pataxós e Pataxós há há hães do município de São Joaquim de Bicas, atingida pela Barragem de Brumadinho. Conforme consulta ao sistema SEI do estado, esta solicitação está com a Superintendência de Proteção Social Especial e com a Sub Secretaria de Direitos Humanos. Lembrando que após o protocolo das informações, a comissões de Normas e Apoio abrirão processo de apuração da denúncia, com indicativo de visita “in loco” de 1 conselheiro e 1 técnico.</p> <p>d) Foi encaminhada para os conselheiros das duas comissões a apresentação de slides sobre a controle social em área com barragem, para contribuição até 11/06/2019.</p>
<p>A) Encaminhamento gerado para deliberação em plenária: Apresentação do Documento Orientação para os Conselhos de Assistência Social – Barragens de Mineração”, anexa,</p> <p>B) Capacitação a distância – conforme o retorno da SEDESE não haverá condições de utilizar temporariamente as UAITEC’s e sobre os demais meios seriam por redes sociais em equipamentos particulares;</p> <p>- considerando a resposta acima e a urgência e a emergência que o assunto deve ser tratado, solicita-se a organização de uma reunião do CEAS, em Belo Horizonte, com representantes dos 9 CMAS, para tratarmos do controle social nos municípios vitimas das barragens de mineração (verificar a disponibilidade de espaço na UTRAMIG, ASSPROM ou GRAAL) – <u>DIA 17/07/2019 – NA PARTE DA TARDE.</u></p> <p>C) Povos Pataxós e Pataxós há há hães do município de São Joaquim de Bicas, aguardar retorno da SEDESE, para realizar visita “in loco”;</p>
<p>Ponto 2</p> <p>Denúncia anônima do município de Carandaí. E-mail recebido em 06 de junho de 2019, informando sobre a suposta irregularidade na composição no CMAS, a presidente estaria em seu terceiro mandato. O que vai contra o disposto na Lei municipal que estabelece o mandato de 02 anos com única recondução. Alega que a presidente tem estreito laço com a administração atual e utiliza dele para compactuar com irregularidades em prejuízo dos serviços prestados a população. Relato desvio e uso inadequado dos recursos destinados aos equipamentos com fins politiqueiros. Uso de recursos para manutenção do Conselho para funcionários que não compõem o CMAS.</p> <p>Relata o uso de verbas no valor de R\$495,00 usado em diárias para capacitação dos funcionários:</p> <p>- Gislaíne Marciana Borges Rocha – recurso; Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social. Fonte 129 – Transferência de recurso do FNAS;</p> <p>- Piedade Cristina Junior e Bianca Camila Pires – R\$660.00 (cada uma) para participar do SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR;</p> <p>- Thais Aparecida Silvano (gestão) e Sirléia de Souza Martins (CREAS) – Não informado o valor. Recurso de manutenção do CMAS. Há uma mistura de uso das verbas destinadas ao conselho com as</p>

da gestão.

Saldo IGDPBF em março de 2019 = R\$9.227,00;

Bloqueio de 45.000,00 da gestão em função da não migração de conta , portaria 65 de 2018.

Saldo em conta em 12 2018 – R\$6.500,00

Saldo geral em conta corrente maio de 2019- R\$234.902,54

Em consulta ao Cad SUAS foi identificado que o sistema não está atualizado, constando apenas 8 conselheiros quando a lei rege a composição de 10 conselheiros, não estão inclusos vários suplentes. A lei vigente é de 2002, havendo necessidade de atualização (constam apenas dois representantes de entidades e 06 governamentais). Verificado no Censo SUAS 2017 que o e-mail de contato do CMAS já era o da atual presidente: leonidiachiericato@hotmail.com.

Indicativos:

Solicitar cópias datas de eleição e posse dos conselheiros gestão 2014-2016; 2016-2018, cópias das publicações de posse; edital do processo eleitoral; cópias da três Últimas reuniões plenárias;

Ponto 3

Ponto 2 E- mail Denúncia de trabalhador do município de Juatuba, relatando situações de violações de direitos e descumprimento de normativas na unidade de acolhimento Municipal de Juatuba. Relata falta de estrutura para atendimento aos adolescentes (materiais, higiene), insuficiência de recursos humanos e conduta inadequada de funcionário. Informa que a denúncia foi encaminhada aos órgãos municipais e as tratativas de negociação ao com a gestão foram infrutíferas.

População: 26.484/hab Pequeno II

Saldo de parcelas pagas serviço: 102. 450,00

Saldo IGDPBF: 21.451,80

Há bloqueio de recurso pela não transferência de contas conforme portaria 65/2018.

MSE: R\$4.000.00 e PSE: R\$10.0000

Em contato telefônico com a secretária executiva do CMAS (25/06/2019), a mesma informou que houve troca de prefeito há dois dias e ainda não foi indicado o gestor da Assistência.

Encaminhamento gerado para deliberação em plenária: pedir esclarecimento ao CMAS do município sobre a situação da entidade. Pedir esclarecimento a SEDESE sobre ciência do caso.

Ponto 4

Definir tema, data e conselheiro para gravar vídeo a ser disponibilizado no you tube e facebook. Gravação por celular e equipamento do CEAS.

Conselheiro:

Data:

Tema:

Encaminhamento gerado para deliberação em plenária: ficou para a próxima reunião em consequência de encaminhamentos gerados pelo ponto 1

Ponto 5

Informe de reunião de URCMAS:

- **Metropolitana** - ocorrida no dia 28 de maio de 2019 em Mário Campos.

A reunião contou com a presença de 46 participantes e a palestra do Conselheiro Estadual **Márcio Caldeira** que discorreu sobre o tema: **Controle Social**.

- **São João Del Rei** – A reunião ocorreu no município de Conselheiro Lafaiete, tendo como palestrantes a Técnica Layla do município de Congonhas que discorreu sobre “**o Vínculo SUAS**” e, a técnica do CEAS Maria de Paula que tratou das informações referentes a realização das **Conferências de Assistência Social**.

- **Timóteo** – a reunião ocorrerá no município de Joanésia em 13 de junho e será atendida pela conselheira Marleide Marques Castro.

Os conselheiros tem que ser mediadores dos grupos pautar para julho a gravação de vídeo, temática, conselheiro, data.

Encaminhamento gerado para deliberação em plenária: ficou para a próxima reunião em consequência de encaminhamentos gerados pelo ponto 1

Ponto 6

Definir data e horário da reunião para tratar do uso de senhas do CADÚNICO.

Arlete, Ivone Helder

Sugerido dia 25 ou 26/06

A reunião contará com participação de equipe da SEDESE e prefeitura de BH

Encaminhamento gerado para deliberação em plenária: definido de verificar entre eles.

Isac dos Santos Lopes – Coordenador

SUMULA JUNHO
COMISSÃO DE POLÍTICA
244ª PLENÁRIA

Data: 18/06/2019 - Horário: 13h às 17h – Local: CEAS – Casa de Direitos Humanos

Conselheiros	Representação	Presença
Aloísio Soares de Lima Júnior	COGEMAS	Justificou ausência/ trabalho
Cristino Andrade	SEDESE	
Élerson da Silva	Cáritas	Justificou ausência
Francielly Ferreira	FMT-SUAS BH	
Luanda C. Queiroga	FET/SUAS	
Maria do Carmo Brandão V. Vilas	CMAS	Justificou ausência/ pessoal
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS - NL	
Sandra Veloso	CMAS Montes Claros	

Secretaria Executiva:

Adelmira Gomes Cerqueira – Assistente de Gestão de Políticas Públicas

PONTOS/CONTEÚDO RESUMIDO:

Ponto 1 – - COMUM COM COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Assunto: Relatório de Gestão 2018

1. Remetente: SEDESE/GAB Of nº 168/2018 em 17/12/2018

2. documentos: Relatório de Gestão 2018

- Avaliar a partir do instrumental elaborado pela SE/CEAS tendo como base os documentos: prestação de contas e outros documentos, o PPAG, e resoluções de aprovação de planos e relatório de pacto de aprimoramento de 2018.

Discussão na Comissão

Descrição na súmula da comissão de orçamento que fará apresentação.

Encaminhamento:

Aprovação com recomendação

Deliberação:

Ponto 2

Assunto: Proposta da revisão da resolução CEDCA 56/2012 que dispõe sobre os parâmetros para o funcionamento das entidades de acolhimento institucional e familiar da criança e do adolescente do Estado de Minas Gerais.

Em 09/02/2019, o Centro de apoio Operacional das promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CAODCA cobrou do CEAS informações sobre esse processo de revisão, através do Ofício CAODCA nº 038/2019.

08/05/2019 e 12/06/2019 aconteceram reuniões das comissões de política CEAS e CEDCA na elaboração de construção da resolução em referência.

Os encaminhamentos gerados pela reunião de 12/06/2019 foram:

- 1 Encaminhar aos conselheiros das comissões a minuta;
- 2 Que as duas comissões de política do CEAS e CEDCA, se encontrem em julho para concluir a resolução.
- 3 Convidar o PPCAM para participar da próxima reunião, e um representante da câmara Técnica da CIB que discute a proposta de acolhimento a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em Minas Gerais – o CEAS fará o convite;
- 4 a necessidade de deliberar sobre essa *resolução ainda na plenária de julho*, sendo necessário verificar a logística entre os conselhos para realização de uma plenária conjunta.
- 5 Que as secretarias executivas dos conselhos organizem a logística para concretização da deliberação da minuta.

Discussão na Comissão

Planejar para que uma parte da plenária de julho seja reservada para este ponto para a pauta conjunta dos dois conselhos, considerando inclusive que o CEDCA fará novo processo eleitoral, mudança.

Encaminhamento:

Realizar plenária conjunta de julho com os dois conselhos CEAS e CEDCA para deliberação da resolução dispõe sobre os parâmetros para o funcionamento das entidades de acolhimento institucional e familiar da criança e do adolescente do Estado de Minas Gerais, no dia 18/07 de 9 às 11h. Convidar especialistas para contribuir com debate.

Ofício do CEAS para o CEDCA informando sobre a deliberação e solicitando a decisão do CEDCA a respeito.

Deliberação:

Aprovado o encaminhamento

Ponto 3

Assunto:

Construir fluxos e protocolos de referenciamento e de definição de competências entre o SUAS e o Sistema de Justiça”.

Objetivo: Articular com o sistema de justiça local, formular e normatizar fluxos e protocolos que fortaleçam a atuação dos trabalhadores do SUAS e do Sistema de Justiça para a garantia de uma proteção integral à população.

Proposta da última reunião de comissão: compartilhar a nota técnica da SEDESE, pensar em fazer uma oficina (elaborar uma configuração) com outros órgãos envolvidos nesta questão.

O CNAS e a SNAS está um levantamento sobre a relação do SUAS com o Sistema de Justiça. “O questionário ora apresentado pretende levantar dados relativos às demandas provenientes do Sistema de Justiça (Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e outros órgãos relacionados) junto aos profissionais da gestão e das redes públicas e privadas do SUAS.”

O CNAS solicita o apoio na divulgação e o questionário está aberto para preenchimento pelos (as):

- Secretárias(os) de Assistência Social;
- Profissionais que atuam nos equipamentos públicos CRAS, CREAS e CENTRO POP;
- Representantes das entidades de assistência social

Prazo para o preenchimento até o dia 30 de julho de 2019.

Sugestão técnica:

- Planejar debates sobre o tema (verificar a possibilidade de utilizar as UAITEC) com objetivo de continuar o debate na conferência, considerando que é o segundo eixo: A rede de proteção social do SUAS e a relação com os órgãos da garantia de direito.

A presidência do CEAS fez solicitação junto a SDESE para realizar uma roda de conversa através do Uai TEc – Judicialização na política de Assistência Social e convidar Andrea Braz – Secretaria municipal de Matozinhos.

Discussão na comissão:

Verificar com a Diretoria de Capacitação – Gabriela – SUBAS sobre a viabilidade de realizar este debate. Realizar uma roda de conversa com os conselheiros e convidando especialistas (OAB, CRP e CRESS, a Andrea Braz e Natália Neves) sobre o tema com o objetivo de capacitar os conselheiros.

Proposta de Data: na plenária de agosto de 8 às 12h, restando a tarde para os encaminhamentos da plenária.

Encaminhamento:

Organizar / planejar a realização da roda de conversa sobre o **SUAS e o Sistema de Justiça**, durante a plenária de agosto no período da manhã.

Deliberação:

Aprovado

Ponto 4

Assunto: Denúncia Gestão do SUAS – (17/01/2019)

Denúncia aponta que em **Fronteira do Vale** município localizado no Vale do Mucuri com 4.687 hab, Porte I (Fonte: IBGE), fechou o CRAS e o serviço de família acolhedora, gerando a descontinuidade da oferta dos serviços socioassistenciais, como SCFV, e não execução dos Programas Bolsa Família e Programa Criança Feliz embora tenha recebido o cofinanciamento Federal; ainda Alerta para a possibilidade de a gestão continuar lançando dados no registro mensal de Atendimento – RMA, sem executar o serviço para continuar recebendo recurso.

Em 2018, o total do cofinanciamento federal foi de R\$ 204.085,39) incluído Programa Criança feliz (R\$ 58.742,00). O saldo das contas do Fundo em 31/01/2019 – R\$ 103.140,7 - (Fonte: MDS 06/02/2019).

Foi apurado pela SUBAS que o CRAS ficou fechado por 15 dias (entre natal e o ano novo) e fez orientação ao município (coordenação CRAS e SMAS) que o serviço é continuado e não pode ser interrompido, inclusive nestas datas, ainda sobre as implicações da descontinuidade do serviço, como o corte de recursos e apoio a gestão municipal do SUAS na superação das dificuldades.

A coordenação do CRAS e SMAS confirmou a interrupção entre o Natal e ano novo retornando dia 02/01/2019, em “decorrência de pendências contratuais, os técnicos de referência restabeleceram suas funções com certo atraso, no entanto, nada comprometeu o eficaz funcionamento de suas relevantes e indispensáveis atividades”, (Ofício CRAS-SMAS de 20/03/2019).

O CEAS orientou o município sobre o papel do CMAS solicitando apoio na identificação das dificuldades da gestão do SUAS, considerando a denúncia do fechamento do CRAS, sobre a necessidade de averiguar a realidade da oferta dos serviços com os dados nos sistemas, como o CAd SUAS, considerando que os dados (composição das equipes) não representam a realidade do SUAS. Ofício CEAS 041 em 02/04/2019

Município está na lista do MDS (sobre o acórdão TCU) indicando que não possui Plano de Assistência Social.

Considerando a informação, a partir da apuração da SUBAS, do município confirmar que manteve o equipamento fechado durante o período do natal e ano novo de 14/12 a 02/01, a comissão avaliou a necessidade de apurar melhor a fim identificar os procedimentos que possibilitem averiguar se houve fraude.

Dados: o município recebeu recursos cofinanciamento federal. A gestão afirmou em ofício que abriu o equipamento em 02/01/2019, no entanto, a denúncia enviada dia

16/01/2019, informou que o equipamento estava fechado.

Não houve resposta do Ofício CEAS 041/ de 02/04/2019 ao CMAS.

Sugestão técnica:

Enviar novo ao CMAS reiterando o Of 041/19 e solicitando averiguar até quando o equipamento ficou fechado.

Depois de apurado os fatos, avaliar se a denúncia deverá ser encaminhada ao MP (A competência de fiscalizar é do conselho, mas se recebe o recurso público e não executa é denuncia para o Ministério Público, após verificar e identificar se a denúncia procede).

Encaminhamentos:

Reiterar o ofício ao CMAS no sentido de chamar o conselho a acompanhar a execução dos serviços e observar a continuidade e solicitar um posicionamento do conselho em relação aos pontos apresentados na denúncia (citar o teor da denúncia).

Enviar ofício a SUBAS solicitando os dados do sistema RMA e Sisc sobre o município Fronteira dos Vales, referente ao período de janeiro/2018 a maio de 2019, separados por mês (mês a mês).

Deliberação:

Aprovado

Ponto 6 – Gestão do trabalho – Precarização, regional de Muriaé

Assunto:

As precariedades na gestão do SUAS apontadas na denúncia são diversas, como:

-Em **Carangola** os profissionais do SUAS de nível superior recebem salário mínimo há grande defasagem salarial, salários incompatíveis com as funções; falta de estrutura para execução de serviços e de apoio da gestão na e execução da política;

Em **Santana de Cataguazes** os profissionais acumulam funções nas duas proteções;

CMAS de Santana Cataguazes responde em 21/05/2019 através do OF 02 com a resposta do OF 27/2019 do SMAS: “ informar que os profissionais do SUAS trabalham com a Proteção Social Básica e esporadicamente com a Proteção Social Especial, levando em consideração o tamanho do município de Porte 1, com aproximadamente 3.850 habitantes. Importante ressaltar que quando necessário esses casos de Proteção Social Especial podem ser encaminhados para a cidade vizinha e que como gestora, vejo a importância de ter um técnico na Secretaria Municipal de Assistência social, entretanto isso não é possível no momento.”

Em **Fervedouro** os profissionais são recontratados todo ano, e como autônomos por RPA, além de não recebem 13ª e nenhum direito;

Em **Miradouro** salário dos técnicos do CRAS é de R\$ 1.000,00 (mil reais) - defasagem salarial, mesmo tendo plano de carreira.

Em **São Francisco do Glória** não existe equipe para a PSE que utiliza técnica da secretaria de conselhos para responder a PSE, além de salário defasado;

Em **Vieiras** a PSE também não possui equipes exclusiva, e utiliza técnica do CRAS sem acréscimo de vencimentos.

Em maio ligamos para todos os CMAS dos municípios, solicitando as respostas dos escritórios.

-a SUBAS/SEDESE solicitado apoio a fim de identificar ações no sentido de valorização dos trabalhadores do SUAS, considerando que o panorama de precarização não é isolado.

E através do SEI respondeu ao CEAS com as respostas que obteve dos municípios:

- **São Francisco do Glória** (Encaminhou os seguintes documentos: *Portaria nº 12/2017 que nomeia Diego Pedrosa Barbosa –cargo de diretor do departamento jurídico, e 02 (dois) contratos temporários de pessoal: de Renata Martins Pedrosa, assistente social, para exercer funções no CMAS com jornada de 30h semanais por R\$ 1.335,89 com vigência de 01 (um) ano a partir de 02/10/2018, podendo ser prorrogado; e de: Gilvania de Almeida Teixeira Duarte, psicóloga do CRAS por 30 horas semanais, por R\$ 1674,2 início em 22/04/2019.*

- **Vieiras:** encaminhou OF 04 de 21/05/2019 no qual a Secretaria Municipal de Assistência social informa que *“o município de Vieiras se enquadra na modalidade pequeno Porte 1, não havendo obrigatoriedade e nem enquadrando no perfil para receber cofinanciamento para equipe técnica mínima. Mas ressalto ainda que o CRAS é um serviço de porta aberta, e diariamente recebemos denúncia de violação de direitos, todos são averiguados e encaminhados ao MP, no qual o mesmo faz o devido acompanhamento com o assistente social Judiciário, no entanto determina que o município faça o acompanhamento com envio de relatórios. Porém o serviço que compete a proteção básica não vem sendo deixado de ser executado, pelo contrário, nunca houve descontinuidade de nenhuma ação e a equipe técnica cumpre carga horária de acordo com processo seletivo municipal e normas vigentes, dessa forma o profissional não é prejudicado. O município possui interesse em regulamentar e estruturar a equipe mínima para proteção especial, porém com essa escassez de recurso e desvalorização da área de torna impossível não sabermos onde vamos parar diante do cenário atual. Por fim, questiono ainda, como atuar diante de tais denúncias de violação que muitas vezes é feito direto ao Ministério Público, e que caso o município se recuse a averiguar sofre penalidades por crime de desobediência, no então sabemos que o fato de sermos município pequeno não quer dizer que não possui demandas, no entanto não há possibilidade de cofinanciamento por haver entendimento que não está no perfil para receber o mesmo”.*

- **Miradouro:** a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhou resposta por e-mail a SEDESE em 27/05/2019 *“ Ao receber esse e-mail, tentei contato inúmeras vezes para maior esclarecimento, pois não ficou claro sua solicitação, uma vez que só afirma um valor recebido pelos assistentes sociais, contudo, esse número que recebi no e-mail não atende. Solicito maiores esclarecimentos, pois realmente os vencimentos de todos os servidores da assistência social no município e na região estão muito defasados, e essa demanda já foi levada até o prefeito, mas não obtivemos êxito até o momento”.*

-**CEAS enviou escritórios ao PSIND, e ao CRP** e esclarecendo a situação de fragilização dos trabalhadores do SUAS, ainda sem respostas.

Discussão na comissão:

Luanda informou que o PSIND elaborou carta para cada município falando sobre a precarização do trabalho, e pede informações sobre as relações de trabalho. Não existe piso salarial para psicólogo (regulamentado).

A discussão precisa ser ampliada para as representações dos trabalhadores – e levar para a mesa de gestão do trabalho e mesa de negociação (sindicato – questão de contrato), no intuito de que se alcance, se estabeleça um piso mínimo, a nível de estado. É preciso avançar nessa discussão.

Encaminhamentos:

Enviar ofício ao município de Vieiras para orientar sobre a composição da equipe do CRAS deve ser exclusiva, recomendando que entre as alternativas possíveis, faz-se necessário pensar outras estratégias, no sentido de superar as dificuldades encontradas pelo município, como elaboração de

diagnóstico socioterritorial para identificar as demandas do município, e da necessidade de articulação com a rede, estudo de casos. Informar que a equipe da básica deve se exclusiva, pois o cofinanciamento federal é específico para esta proteção. Para a execução da PSE o município deve utilizar recurso próprio.

Deliberação:

Aprovado

Coordenador(a) da Comissão
Luanda C. Queiroga

Coordenador(a) Adjunto(a)
Cristiano Andrade

SUMULA
COMISSÃO DE NORMAS

Data: 17/06/2019 – 13 as 18 horas.

Local: CEAS – Casa de Direitos Humanos

Componentes				
Nome	Representação	Presença	Ausência	Justificativa
ELENIUDES DOS STOS SILVA	FENEIS	x		
FABRICIA F. MATEUS LOPES	SEAPA		x	trabalho
HELDER AUGUSTO DINIZ SILVA	CMAS PEDRO LEOPOLDO	x		
MARCIO CALDEIRA	ASSPROM	x		
MARCIO FERREIRA	ADEFIB	x		
MARTA MARIA C. V.DA SILVA	SEDESE		x	trabalho
NOELLI LANA DA SILVA P SILVA	SEAPA		X	TRABALHO

Secretaria Executiva:

Rosalice Tassar – Técnica Secretaria SE/CEAS

PONTOS/CONTEÚDO RESUMIDO:

Ponto 1

Pauta comum com a COMISSÃO DE APOIO AOS MUNICIPIOS

HORÁRIO: 14 AS 15:30

Tema / assunto:

- c) ORIENTAÇÃO PARA OS CONSELHOS DE ASSISTENCIA SOCIAL – BARRAGENS DE MINERAÇÃO.
- d) REUNIÃO / CAPACITAÇÃO SOBRE CONTROLE SOCIAL EM AREA ATINGIDA POR BARRAGENS DE MINERAÇÃO, inicialmente para os municípios de Brumadinho, Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Congonhas, Nova Lima, Ouro Preto, Itabirito, São Joaquim de Bicas e Itabira, São Gonçalo do Rio Abaixo e São Joaquim de Bicas.

Encaminhamentos da reunião de maio:

- e) Revisada a Orientação para os Conselhos de Assistencia Social – Barragens de Mineração. Indicativo apresentar a Plenária de junho.
- f) Resposta da SEDESE, via correspondência eletrônica, referente a consulta sobre recursos para capacitação a distância;
- g) Foi solicitada a SEDESE informações sobre as ações desenvolvidas para a tribo dos povos Pataxós e Pataxós há há hães do município de São Joaquim de Bicas, atingida pela Barragem de Brumadinho. Conforme consulta ao sistema SEI do estado, esta solicitação está com a Superintendência de Proteção Social Especial e com a Sub Secretaria de Direitos Humanos. Lembrando que após o protocolo das informações, a comissões de Normas e Apoio abrirão

processo de apuração da denúncia, com indicativo de visita “in loco” de 1 conselheiro e 1 técnico.

Encaminhamento para Plenária:

- D) Apresentação do Documento “Orientação para os Conselhos de Assistência Social – Barragens de Mineração”, anexa, será encaminhada para todos os conselheiros e para os CMAS;
- E) Capacitação a distância – conforme o retorno da SEDESE não haverá condições de utilizar temporariamente as UAITEC’s e sobre os demais meios seriam por redes sociais em equipamentos particulares;
- considerando a resposta acima e a urgência e a emergência que o assunto deve ser tratado, solicita-se a organização de uma reunião do CEAS, em Belo Horizonte, com representantes dos 9 CMAS, para tratarmos do controle social nos municípios vítimas das barragens de mineração (verificar a disponibilidade de espaço na UTRAMIG, ASSPROM, Federação das APAES ou GRAAL) – **DIA 17/07/2019 – NA PARTE DA TARDE.**
- F) Povos Pataxós e Pataxós há há hães do município de São Joaquim de Bicas, aguardar retorno da SEDESE, para realizar visita “in loco”;
- G) Transcrever as denúncias feita na Plenária do CEAS, no dia 18/06/2019, dos próprios dos povos Pataxós e Pataxós há há hães do município de São Joaquim de Bicas, para subsidiar o processo de denúncia,

Deliberação da plenária e encaminhamentos:

Ponto 2

Tema / assunto:

Resolução nº 642/2018 que Dispõe sobre os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG.

Análise:

Durante a Plenária de abril foi criado um grupo de trabalho para elaborar o fluxo para as denúncias apresentadas ao CEAS, que se reuniu no mês de maio. O GT apresentou à Plenária de Maio a necessidade do tema de denúncia retornar à Comissão de Normas, para reavaliar o art. 15 e outros aspectos abordados na reunião, como a criação de um instrumental básico para a apuração de denúncias.

Encaminhamentos:

- Convidar a ouvidoria do Estado para apresentar a nova reordenação da Ouvidoria e se possível os fluxos de manifestação de denúncia;
- Elaborar um instrumental básico para denúncias, a partir de leitura de portarias das ouvidorias do Estado;

Deliberação da plenária e encaminhamentos:

PAUTA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Data: 17/06/2019 Horário: 13:00 às 18 horas Local: Plenária do 3º andar

Componentes				
Nome	Representação	Presença	Ausência	Justificativa
Cesar Augusto Calinçani Pereira - Coordenador	SEDESE	X		
Yvone Pereira Castro Silva	COGEMAS	X		
Vanáína Reis do Nascimento	SEDESE	X		

oão Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	X		
oão Victor de Almeida Chaves	SEPLAG	X		
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAE's	X		
Rodrigo Silveira e Souza	CRESS	X		
Wilson Lana	SEF	X		

Secretaria executiva – Técnico responsável: Consolação

PONTOS A SEREM TRATADOS

Ponto 1 – Relatório de Gestão de 2018
Apresentação: Análise do relatório em documento anexo.
<p>Discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PSE – falta materialidade das ações que foram executadas; lembrado da importância de conter no relatório o detalhamento de todos os serviços (ex: centros dias do estado); - Foi discutido sobre a importância também do apoio do estado aos municípios e as responsabilidades com os termos de aceite e com a transparência; - Apontado questões a serem corrigidas nos próximos. - A série histórica ficou sem Cofinanciamento (repasso de recursos); faltou informar as unidades de acolhimento apoiadas no estado. - Faltou no item referente a calamidade pública apontar o cofinanciamento e o apoio técnico, enfim as ações realizadas; - O Relatório deve guardar relação com a prestação de contas / orçamento; - Dentro do item da Gestão do SUAS não foi abordado o Plano de Assistência Social e sobre o funcionamento dos conselhos; - Sobre a rede privada houve avanço em relação à sua inserção na capacitação; - No item Acompanhamento das famílias do BF percebeu-se o aumento das famílias não acompanhadas, faltando a intervenção efetiva do estado nesse acompanhamento; - no Programa Qualifica SUAS, os dados de 30 mil profissionais correspondem ao período de quatro anos.
<p>Encaminhamento para plenária:</p> <p>Aprovação com recomendação de aprimoramento</p>
Deliberação da plenária:

Ponto 2 – Plano de Aplicação Financeira do FEAS relativo a 2019
Apresentação: Novo instrumental do Plano de Aplicação de Recursos 2019 – FEAS/MG – sugerido pelo CEAS (conselheira Juanita) foi utilizado com adaptações, mostrando o planejado – com informações da LOA (programa, ação, fonte, valor ano, meta física), meta por atividade e atividades e o executado e a executar disposto o valor e a explicação da despesa mensalmente. – documento anexo.
<p>Discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A SEDESE encaminhará a relação dos 80 municípios que possuem pendências na prestação de contas no SIGCOM para que o CEAS possa acionar os CMAS desses; - Solicitar ao COGEMAS que mobilize os municípios com dificuldades para o preenchimento do sistema para a capacitação da SEDESE com participação do CEAS; - A conselheira Ivone encaminhará a relação nominal dos municípios que manifestaram ao COGEMAS sobre a dificuldade de falar na SUBAS; - A SUBAS verificará o funcionamento de seus canais de comunicação; - O instrumento apresentou as informações da LOA / PPAG para 2019. Mas os valores não correspondem a realidade financeira do estado, o valor que está sendo liberado – melhor colocar a meta que realmente está prevista para ser executada. <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4311 – Piso mineiro de assistência social fixo – serão inseridas as pactuações da CIB; • 4447 - Implantação e manutenção de serviços regionais de media e alta complexidade – a proposta é de manutenção do serviço existente; não haverá nova implantação. Ainda, os valores serão redistribuídos nos trimestres.

- 4313 - Rede Cuidar aprimoramento da rede socioassistencial do SUAS – ações de apoio técnico podem ser feitos com recurso de capacitação e apoio técnico. Não seria mais repasse, mas apenas apoio técnico. Abriu-se apenas janela para possível recebimento de recurso oriundo da loteria.
- 4320 - Manutenção do Conselho Estadual de Assistência Social e da gestão compartilhada e participativa do SUAS: em relação à emenda da comissão de participação popular no valor de R\$ 380.000,00, considerando que não houve liberação de emenda no estado este ano ainda, solicitar a liberação do financeiro – ofício à SEPLAG, ao Governador (com cópia para SUBAS e para Secretária) e para a ALMG; verificar a possibilidade de usar recursos do IGD Bolsa Família para conferência e remanejá-lo.
- 4596 - Estruturação da política de atendimento às medidas em meio aberto – foi realizado aceite em 2017 com 176 municípios, no entanto serão cofinanciados 26.

Encaminhamento para plenária:

Aprovação com os encaminhamentos acima

Deliberação da plenária:

Assinatura do coordenador:

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
César Augusto Calinçani Pereira	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Cristiano de Andrade	Sedese	
Damião Braz (Nome Social – Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	

Fabricia Ferraz Mateus Lopes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Francielly Ferreira Caetano	FMT-SUAS/BH	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Janaina Reis do Nascimento	SEDESE	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
João Victor de Almeida Chaves	Seplag	
Luanda do Carmo Queiroga	Fetsuas	
Luciana Mello	SEE	
Márcio Caldeira	Assprom	
Márcio José Ferreira	Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das Apae's	
Marleide Marques Castro	CRP	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS de Paracatu	
Wilson de Sales Lana	SEF	